

SESSÕES DO PLENÁRIO

49ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 11 de junho de 2019.

PRESIDENTE: DEPUTADO NELSON LEAL

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Antônio Henrique Júnior, Bobô, Capitão Alden, Dal, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, José de Arimateia, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Jusmari Oliveira, Kátia Oliveira, Marcelino Galo Lula, Marcell Moraes, Marcelo Veiga, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Lula Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Pastor Isidório Filho, Pastor Tom, Paulo Câmara, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Robinho, Robinson Almeida Lula, Rosemberg Lula Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Soldado Prisco, Talita Oliveira, Targino Machado, Tiago Correia, Tom Araújo, Tum, Vitor Bonfim, Zé Cocá e Zé Raimundo Lula. (56)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Capitão Alden comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 4 e 5/6/2019.

Do Deputado José de Arimateia comunicando que, devido a compromissos assumidos como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Seca e Recursos

Hídricos na Barragem de Cipó no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 20/5/2019.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

O Sr. Targino Machado: Pela ordem, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Solicitar de V. Ex.^a uma verificação de quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a será atendido.

Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum formulado pelo deputado Targino Machado.

O Sr. Marcelino Galo Lula: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, deputado Marcelino Galo.

O Sr. Marcelino Galo Lula: Sr. Presidente, fui surpreendido, acho que a Casa toda foi surpreendida, pelo ineditismo do pedido assim, bem no começo da sessão. Os deputados aqui estão interessados, motivados para fazer um grande debate hoje, para votarmos projetos importantes, e o deputado Targino Machado nos surpreende assim, querendo suspender os trabalhos.

Mas, como ele não vai conseguir, nós já temos bastante deputados na Casa, que estão almoçando, que estão saindo dos seus gabinetes, e eu gostaria de convidar todos a estarem aqui. E pedir que V. Ex.^a marque os 15 minutos para que a gente possa convocar e chamar. E peço também que V. Ex.^a convoque todos os deputados para estarem presentes neste plenário, para iniciarmos uma grande tarde de debates na Assembleia Legislativa da Bahia.

Não podemos, de jeito nenhum, suspender os trabalhos, deputada Maria del Carmen, deputada Jusmari, a primeira inscrita para falar. Então, eu gostaria de solicitar que fossem convidados todos os deputados a estarem presentes neste plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a também será atendido.

Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum formulado pelos deputados Targino Machado e Marcelino Galo.

Eu solicito que zerem o painel e comecem a marcar os 15 minutos. (Pausa)

Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão formulado pelos deputados Targino Machado e Marcelino Galo. Eu convido todos os deputados que estejam em quaisquer das dependências desse poder para que se façam presentes no Plenário.

O Sr. Targino Machado: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, deputado Targino Machado Pedreira.

O Sr. Targino Machado: Antes de mais nada, Excelência, quero registrar a presença não do ex-deputado, mas do grande amigo que nos faz falta aqui no dia a dia,

no cotidiano. Meu coração se ressentiu por sua ausência, viu, meu ilustre amigo Luiz Augusto?

Sr. Presidente, eu quero aqui, através de V. Ex.^a, dizer ao deputado Marcelino Galo que, ele sabe, a verificação de quórum não tem tempo para acontecer. Inclusive se pode, para isso, interromper o orador que estiver na tribuna. Ele sabe disso, eu não estou aqui para dar aula a ninguém, mas ele provoca, não é? E como eu não aceito mais provocação, prefiro dar risada.

Agora, Sr. Presidente, como eu estou com o viés de provocação, eu quero saber de V. Ex.^a, aproveitando a presença de V. Ex.^a aí, para que serve isto aqui, excelência? Este *tablet* aqui, para que serve isso? Me pediram... estão com vontade de perguntar e ficam me usando para fazer a pergunta: para que serve isso? Quanto custou? Se isso foi adquirido pela Assembleia, se faz parte do nosso patrimônio? Se foi um comodato, se foi empréstimo, a que título está isso, Excelência? Se V. Ex.^a não puder responder agora, eu fico aguardando. Agora, isso aqui é um estorvo. Pelo menos para mim, V. Ex.^a prestará um grande serviço se tirar isso daqui.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Targino, eu não sei se os *tablets* foram adquiridos ou se foram locados. Mas, se me recordo, o deputado, presidente na época, Angelo Coronel disponibilizou os *tablets* para a consulta dos deputados sobre os temas que estavam na Ordem do Dia. Informarei a V. Ex.^a tudo o que foi solicitado dentro do menor prazo possível.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Targino Machado: Sinceramente, Excelência, eu sou extremamente observador e não me recordo de ver ninguém mexendo nisso aqui, observando algo através desses *tablets*. Seja lá o quanto custou, foi um preço exorbitante, considerando-se o custo/benefício. Excelência, V. Ex.^a, que tem caminhado no sentido de melhorar esta Casa, mande tirar isso daqui, Excelência.

A questão de ordem às vezes serve para atender a dois deputados de uma vez só. Essa questão de ordem que eu fiz serviu para satisfazer à curiosidade de dois deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, deputado Robinson Almeida.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Sr. Presidente, eu queria, aqui, hoje, saudando os estudantes da escola municipal que nos acompanham aqui, e cumprimentando a todos os deputados, dizer que o Brasil democrático e o mundo jurídico assistem de forma estarrecida às revelações desenvolvidas pelo *site The Intercept* de mensagens secretas trocadas entre membros da Operação Lava Jato.

Os procuradores em Curitiba, chefiados por Deltan Dallagnol, e o ministro Sérgio Moro violaram princípios fundamentais do exercício da Justiça no Brasil. O ministro foi flagrado em conversas orientando e conduzindo a investigação, dando conselhos sobre como a acusação proceder no processo que incriminou o presidente Lula e depois o levou à prisão. É inaceitável que o princípio constitucional da independência da Justiça tenha sido violado neste caso, Sr. Presidente.

O símbolo da Justiça é uma senhora vendada para representar que a Justiça tem que ser imparcial, que não pode tomar lado. Desde que um juiz se alia, se associa a uma das partes ele está contaminado, impedido de julgar. Todos os seus julgamentos

são considerados nulos porque ele feriu o princípio fundamental da imparcialidade, da neutralidade.

Então, creio que o STF tem que recuperar a autoridade do Poder Judiciário brasileiro, que está profundamente abalada com esse escândalo das revelações das mensagens secretas. Ou o STF repõe o Estado Democrático de Direito ou ninguém mais respeitará os julgamentos existentes no Brasil.

E creio que há uma reação indevida dos envolvidos no caso. O Moro minimiza as divulgações, dizendo que ele não orientou ninguém. Ou ele quer fazer as pessoas de idiotas, de bestas, que não conseguem ler de forma objetiva ele dando pistas, indicando fontes a serem procuradas para deporem na acusação do presidente Lula.

E ainda tem um conjunto de amigos seus, bombeiros, que, certamente, devem estar envolvidos nesses 2 anos de arquivo digital ainda a serem revelados, que dizem que nada aconteceu, que viram os diálogos como normais. Dentre eles o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que é um dos participantes desse golpe no Brasil e agora sai a defender Moro e o Deltan Dallagnol.

Além dele, tem a *Rede Globo* de Televisão. A *Rede Globo* de Televisão que é chamada de “Rede Golpe de Televisão”, que comandou todo o processo do golpe institucional contra a presidenta Dilma, que apoiou essa violação da nossa democracia,...

A Sr.^a Olívia Santana: Pela ordem, presidente.

O Sr. Robinson Almeida Lula: (...) ela agora tenta abafar os casos, usando dois pesos e duas medidas.

A Globo, que recebia de forma privilegiada as informações da Operação Lava Jato pelos procuradores e por Sérgio Moro, dizia que o mais importante era o conteúdo e não a forma como ela recebeu essas informações. Agora, ela combate veementemente a obtenção dessas informações da forma que se deu.

Portanto, Sr. Presidente, é inadmissível que tentem abafar porque esse escândalo não será abafado. Estamos ansiosos para saber das novas revelações, dos novos diálogos envolvendo esses personagens que, realmente, se colocam contra a democracia no Brasil e são responsáveis direto pela crise que nós enfrentamos.

Quero aproveitar, Sr. Presidente, para convocar, mais uma vez, todos os deputados a comparecem ao plenário porque há uma verificação de quórum e temos 18 presenças. Precisamos de mais três deputados no plenário.

A Sr.^a Olívia Santana: Presidente, eu pedi uma questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputada Olívia, antes de passar a palavra para V. Ex.^a, eu queria, aqui, informar sobre a visita dos estudantes da Escola Municipal Suzana Imbassahy, do bairro do Barbalho. (Palmas) Muito obrigado pela visita. É uma satisfação e uma honra muito grande recebê-los aqui.

Pela ordem, deputada Olívia Santana.

A Sr.^a Olívia Santana: Presidente, eu quero reiterar, aqui, a importância desta sessão e fazer um apelo para que outros deputados e deputadas cheguem ao plenário pois estamos num processo de verificação de quórum.

E quero também destacar que hoje é uma data, presidente, muito especial, é a data em que o metrô de Salvador, o metrô Salvador-Lauro de Freitas, completa 5 anos de funcionamento. Já transportou mais de 200 milhões de passageiros. Portanto, é um orgulho para a cidade do Salvador e para a cidade de Lauro de Freitas. Um metrô que levou 10 anos e chegou a apenas 6 quilômetros. Depois do governo Wagner e do governador Rui Costa, chega a 33 quilômetros. E vai chegar a 40, como um dos maiores metrô do Brasil.

Portanto, essa é uma obra estruturante, é uma obra que dá orgulho ao povo baiano, e não apenas da nossa capital. E nós temos que destacar que é uma obra que encurta distâncias, favorece à população de todas as classes sociais.

Portanto, fica, aqui, o nosso registro, o nosso reconhecimento da importância, da magnitude do metrô de Salvador-Lauro de Freitas. Com ansiedade para que ele possa ir ainda muito mais longe, porque, sem dúvida, esses 33 quilômetros de linha, que já deu mais de 700 mil viagens, têm ainda muito a servir à nossa capital, a servir a Lauro de Freitas. Mas, sobretudo, precisa expandir, de fato, para Simões Filho, numa perspectiva de integração de Salvador com a Região Metropolitana.

Então, fica, aqui, os parabéns, o destaque, e parabenizando, sobretudo, o governador Rui Costa, que tratou com tanto afinco e com tanto zelo essa obra de tal magnitude.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com o quórum restabelecido, coloco em votação as atas da 46^a e 47^a sessões. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas à unanimidade.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pequeno Expediente.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, a deputada Fabíola Mansur, pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Sr. Presidente, saudando V. Ex.^a saúdo todos os deputados e deputadas nesta sessão, a Escola Suzana Imbassahy, todos os nossos colaboradores e imprensa.

Primeiro, quero me associar às palavras do deputado Robinson Almeida no sentido de termos de garantir, como deputados, o Estado Democrático de Direito. Isso significa também a isenção entre os poderes, isso significa também a imparcialidade da nossa Justiça. Obviamente, vemos com muita cautela, muita tristeza, o fato de ter havido um possível, para não dizer, conluio entre dois poderes, o que demonstrou uma parcialidade na apuração de alguns fatos que conduziram a algumas fases da Operação Lava Jato.

Não estamos, aqui, não reconhecendo a importância da Operação Lava Jato e tampouco o combate à corrupção, que é importante em nosso país. Mas é de causar, sim, estranheza, em que pese ter sido um hackeamento, ainda que criminoso, deputado

Targino, o diálogo pouco ético, o diálogo sem nenhum compromisso com a imparcialidade, com a moralidade, que houve entre o Ministério Público e o Tribunal de Justiça. E a gente quer que, obviamente, isso seja apurado de forma imparcial, de forma justa, para conclusões serem tiradas.

Mas eu quero, aqui, aproveitando a presidência do nosso querido presidente Nelson Leal, elogiar o Parlanordeste. Aqui recebemos vários representantes de assembleias legislativas, cujo anfitrião foi o nosso presidente Nelson Leal, para discussão das pautas comuns ao Nordeste.

Obviamente, uma dessas pautas nós esperamos que seja a mudança da reforma da Previdência, que está aí, na qual se tem quatro pontos importantes: a retirada do BPC da pauta como está, com a redução do BPC; a desconstitucionalização da reforma da Previdência, porque a gente entende que mudanças só devem ser através de PECs; a capitalização, que também esgota o princípio da seguridade, da Previdência, que é de repartição. Isso é um absurdo; e, sobretudo, aquilo que afeta aos nossos aposentados, trabalhadores rurais, idosos, pessoas com deficiência. Essa foi uma pauta importante e aliou todos os presidentes de assembleias do Nordeste.

Para além disso, protocolei também um encaminhamento para que a educação fosse uma pauta importante, porque temos o Fundeb - Fundo Nacional de Manutenção da Educação Básica cuja legislação só vai até 2020. E nós temos que encaminhar pelo Parlanordeste essa pauta de manutenção do Fundo Nacional de Manutenção da Educação Básica.

O Fundeb foi também palco de uma reunião de todas as assembleias legislativas, das comissões de Educação, à qual não pude estar presente em função de estar no Parlanordeste, mas tenho certeza que será uma pauta.

E, por fim, quero elogiar todos os membros da Comissão de Educação que participaram da mediação entre o governo do estado e o Fórum das ADs, dos docentes: deputado Osni, deputada Olívia, deputado Jacó, nosso Líder do Governo. Ontem houve uma reunião para se concordar... uma ata para pontos consensuados nessas reuniões de mediação, e nós esperamos que o Fórum das ADs possa levar para as assembleias das quatro universidades estaduais aquilo que foi consensuado e isso possa promover a saída da greve nas assembleias.

Reconhecer o papel importante do fórum na defesa das nossas estaduais, reconhecer o trabalho e o esforço do governo...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) diante de restrições orçamentárias; também promover R\$ 36 milhões em investimentos, 900 promoções e uma mesa de diálogo permanente entre as partes.

A Assembleia Legislativa, através da Comissão de Educação, cumpriu seu papel de mediação desse diálogo, que a gente espera que seja profícuo e permanente em defesa das nossas universidades estaduais.

Obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Presidente (Nelson Leal): Com a palavra a deputada Jusmari Oliveira.

A Sr.^a JUSMARI OLIVEIRA: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, na tarde de hoje eu quero registrar com satisfação os meus aplausos para o povo de Luís Eduardo Magalhães, especialmente aos desportistas, aos atletas do município de Luís Eduardo Magalhães, à equipe que promove as atividades esportivas na prefeitura municipal.

E, de forma muito especial, quero registrar o meu aplauso ao prefeito Oziel Oliveira, que, mais uma vez, à frente da administração municipal mostra, de forma nítida, que tem, realmente, o que nós sempre chamamos de visão de uma águia. Um ser, um administrador que olha de cima, que pensa grande, que não tem medo de buscar as coisas grandiosas, que tem coragem e que sabe formar equipe para realizar eventos grandes.

Há poucos dias se deu a Bahia *Farm Show*, o maior evento do agronegócio do Norte e Nordeste do Brasil, o terceiro maior do Brasil e um dos maiores do mundo.

Passadas apenas duas semanas, o prefeito e a sua equipe administrativa já têm fôlego para, numa semana, refletir a visão de um governo que tem o compromisso de buscar o desenvolvimento agroindustrial do município para a geração de emprego e renda; que tem o compromisso de realizar as grandes obras estruturantes para a prestação do bom serviço público na área da educação, na área da saúde, na área da mobilidade urbana. Mas que tem, acima de tudo, a certeza de que o objetivo principal de um governo é cuidar das pessoas acima de tudo.

Assim, nessa visão de integrar a comunidade, de promover a saúde, de levar a felicidade ao povo de Luís Eduardo Magalhães, deu-se, nessa semana que passou, a realização da Oeste Cup, o maior evento esportivo, sem sombra de dúvida, já realizado no estado da Bahia, em que foram envolvidas mais de 12 mil pessoas de Luís Eduardo, da Região Oeste e de todo o Brasil.

Um evento que teve o desenvolvimento de 28 modalidades esportivas. Três mil atletas, Sr. Presidente, passaram pelo evento, em 28 modalidades esportivas. Um evento que, acima de tudo, teve o esporte do automobilismo, que trouxe para Luís Eduardo Magalhães a realização do *Rally* do Jalapão, uma das etapas do Sertões Series de Rally, que, agora, pela coordenação do evento, passa a se chamar Rally LEM-Jalapão.

Pilotos de 19 estados, de 40 cidades, estiveram ali, pilotos campeões do Paris-Dakar, pilotos que chegaram do Cazaquistão, após disputas internacionais, para participar do certame LEM-Jalapão.

Arrancadão, motociclismo, ciclismo, jiu-jitsu, karatê, voleibol, basquetebol, *gateball*, enfim, todas essas modalidades, mais os aulões com a participação de todas as academias de Luís Eduardo Magalhães, mais as aulas públicas, mais os circuitos de dança, de zumba, movimentaram a semana em Luís Eduardo Magalhães, refletindo o momento de felicidade que vive o município por ter à frente, mais uma vez, o visionário administrador Oziel Oliveira.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Além disso, Sr. Presidente, quero ressaltar ainda que, concomitantemente à Oeste *Cup*, estavam sendo realizadas as Olimpejas, as olimpíadas com os integrantes do ensino de jovens e adultos, que foi na modalidade de xadrez, de dama, de *futsal*, de queimadas, que fez a confraternização da comunidade estudantil, de jovens e adultos.

Com isso...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) promovendo a integração da comunidade, mostrando que, depois de 2 anos de árduo trabalho, de muito planejamento, Luís Eduardo está pronta para seguir firme e continuar sendo a cidade que mais cresce no país, mas não só em número de habitantes,...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Para concluir, deputada.

A Sr.^a JUSMARI OLIVEIRA: (...) cresce em número de realizações e de melhoria de qualidade de vida do seu povo.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Osni, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. OSNI CARDOSO LULA DA SILVA: Sr. Presidente, todos os colegas aqui presentes, nesta quinta-feira Serrinha estará fazendo 143 anos de história. Povo guerreiro, povo do sertão, assim como 70% desta Bahia, um povo que não se furta à luta. Uma pena que a gente tenha um prefeito que não cuida bem da nossa gente, que não acompanha bem o conjunto das suas dificuldades.

Mas amanhã, já amanhã, começam as atividades. E quem estiver passando pela nossa cidade e quiser pode dançar um bom forró no Funazão e também participar de mais uma cavalgada, que, aliás, é uma marca da nossa terra, que é a Cavalgada da Chica.

Dar os parabéns à cidade de Serrinha. A todos os serrinhenses, àquele povo maravilhoso, o meu abraço.

Mas eu queria hoje, efetivamente, falar um pouquinho do cenário, do que vem acontecendo no Brasil, principalmente o Brasil que tem sido matéria vergonhosa no mundo inteiro, que desqualifica nossa gente, desqualifica nosso povo, desqualifica a classe política e desqualifica, principalmente, o Judiciário.

A gente pôde perceber que tentaram fazer uma montagem, dizendo que tinham a convicção da culpa do presidente Lula. Hoje, depois do *Intercept*, a gente percebe que nem convicção aquela turma tinha. Infelizmente, setores do Judiciário brasileiro se partidaram e querem definir a política a partir dos seus atos.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Marcar o tempo, por favor.

O Sr. OSNI CARDOSO LULA DA SILVA: E nós nos encontramos nesses dias com matéria do mundo inteiro, com o *Intercept* dizendo que tem 1.600 horas de prova da montagem do resultado eleitoral, do golpe. Assim como já se dizia em escutas

telefônicas irregulares feitas por eles. E eles justificaram a ação dizendo que o golpe era com o Supremo e tudo, Niltinho!

E agora a gente percebe o que de fato está acontecendo, porque nem convicção, nada, essa turma tinha. O que eles queriam, de fato, era dar o golpe numa presidenta eleita. O que eles queriam, de fato, era tirar o presidente Lula da disputa e não deixar que o PT disputasse as eleições em iguais condições. Mesmo assim, nós tivemos 47 milhões do povo brasileiro votando, indo para a rua e acreditando no que estava fazendo.

Toda essa manipulação... Muita coisa ainda vai vir à tona, deputado Alan, porque imagine que eles afirmam que foi 1 minuto, só foi 1 minuto, 1%, ainda falta muita coisa para sair desse mar de lama provocado por setores do Judiciário.

Por isso que esse momento que nós estamos vivendo agora, em que não há governo, mas um desgoverno com o pensamento apenas de maltratar a população brasileira. O pensamento de manter as reformas que maltratam quem mais precisa está baseado e fundamentado no desejo de uma pequena elite que quer o poder para si e se utilizou de todo tipo de mecanismo.

Eu fico me perguntando: o que será do terceiro momento? Não sei se o deputado Zé Cocá assiste a *O Mecanismo*, que está no segundo momento agora. Eu fico imaginando o que eles vão colocar na terceira versão do *O Mecanismo*, da Netflix, porque o nível de montagem, o nível de maldade que estão fazendo com a boa política, com os brasileiros...

A gente precisa dar um basta. Para isso, nós precisamos nos posicionar, dar o nosso recado para o Brasil. Não dá para Moro continuar como ministro. Quem faz a falcatura que fez, quem montou o que montou, tem que deixar, tem que tomar vergonha na cara e sair.

A manipulação barata que está fazendo do Brasil um processo de humilhação aqui e fora!

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

É necessário que ele saia, que ele tome vergonha e peça para sair!

E, claro, o STF precisa se posicionar, porque não há nenhum tipo de culpa do nosso presidente Lula, e o que nós queremos é Lula livre!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra a deputada Olívia Santana, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. Targino Machado: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Início a minha questão de ordem, Excelência, pedindo desculpas à deputada Olívia Santana por atrasar um pouco a sua fala, Excelência.

Mas, inicialmente, quero agradecer ao presidente Nelson Leal, que já deferiu a nossa questão de ordem, na qual procurei saber o quanto custavam esses equipamentos

instalados aqui na gestão anterior, e já recebi a informação. Quero agradecer a V. Ex.^a, deputado Nelson, pela presteza.

E quero dar ciência à Casa de que isso não foi adquirido, é um contrato de aluguel que custa a “bagatela” de R\$ 85.902,19 por mês, não é? Aluguel... Eu não sei se isso em 4 meses não está pago todo o investimento, Excelência.

O valor, quero repetir: R\$ 85.902,19. Isso, ao meu ver, Excelência...

(Um deputado se manifesta fora do microfone.)

O Sr. Targino Machado: Hem? Por mês, rapaz. Que ano? Por mês. O aluguel disso é...

E dizem que esta Casa é cara por causa dos deputados. Esta Casa não é cara por causa dos deputados, esta Casa existe por causa dos deputados, por causa do Parlamento. Não é?

Mas, Excelência, eu gostaria de que V. Ex.^a pudesse analisar esse contrato, porque todo contrato precisa ser analisado, não é? Notadamente depois de uma gestão em que o nosso orçamento para a comunicação anual é de R\$ 2.800.000,00 e em apenas um mês, apenas um mês, o mês de janeiro, foi gasto R\$ 1.600.00,00.

Então, depois desse episódio, de mais da metade do orçamento de 1 ano ser gasto em um mês só, tudo precisa ser avaliado e reavaliado.

O Sr. Alex Lima: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Targino Machado: Mas, Excelência, antes, porém, eu queria também deixar um aviso, deputado Alex Lima, para os Srs. Deputados e, de forma especial, para as Sr.^{as} Deputadas: hoje já vamos votar, por dispensa das formalidades, um projeto de nossa autoria. Aqui, hoje, Excelência.

Com esse projeto busquei abrir a cancela desta Casa para esta Casa ter produção legislativa de fato, e isso com o amparo do art. 84 do Regimento Interno, no seu parágrafo 4º, que permite que, a requerimento de qualquer dos deputados ou da Comissão, os projetos que já tenham vencido o prazo regimental de 15 dias nas Comissões podem ser trazidos para a Ordem do Dia. Isso fiz com um projeto. Já dei entrada em mais uma meia dúzia, também de nossa autoria.

E acompanhei aqui, no plenário, ontem, deputado Rosemberg, a preocupação de alguns deputados, dizendo que vai haver uma enxurrada de projetos na Ordem do Dia. Tomara que seja, porque estaremos valorizando esse espaço aqui por mais importante que sejam as Comissões e são, mas nós não podemos estar valorizando as Comissões e esquecendo que esta Casa não é medida por outro instrumento que não a produção legislativa. E a produção legislativa, de fato, ocorre no plenário.

Então, eu convido os Srs. Deputados para, analisando o art. 84, parágrafo 4º do nosso Regimento, escolher os seus projetos e solicitar de S. Ex.^a, o presidente, que inclua esses projetos na Ordem do Dia.

(O Sr. Presidente aciona as campainhas.)

Assim, deputado Alex, nós vamos atrair os holofotes, o protagonismo da política da Bahia para esta Casa, para a Assembleia, e vamos ver aqui a tribuna dos jornalistas voltar a fervilhar de jornalistas, de frequência de jornalistas, como já vi no passado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Alex Lima: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Targino, queria informar a V. Ex.^a que são uma série de equipamentos. São os *tablets*, o painel, todo o equipamento de controle, além do...

O Sr. Targino Machado: V. Ex.^a me permite ler?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Não, só estou explicando a V. Ex.^a que é um conjunto de equipamentos, que estão à disposição do...

O Sr. Targino Machado: É o painel do plenário, são 65 *tablets* do plenário, 48 *tablets* das comissões, 3 computadores, mais 8 computadores das estações, mais um painel externo e os terminais de votação, que são esses aqui, são 100 terminais. Mas é muito dinheiro, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): É uma série de equipamentos.

O Sr. Alex Lima: Questão de ordem, Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Questão de ordem, deputado Alex Lima.

O Sr. Alex Lima: Presidente, ouvindo atentamente o deputado Targino, me preocupa a intervenção do deputado Targino e, a princípio, eu não tinha... A imprensa está aqui presente, a *TV Assembleia* está transmitindo. Eu havia entendido que era a locação dos *tablets* esse valor e, aí, me preocupa mais ainda, presidente, porque eu faço parte, com muito orgulho, da Mesa Diretora, da qual V. Ex.^a faz parte e dirige. E mesmo sendo um regime extremamente presidencialista...

Mas eu não gostaria – V. Ex.^a trata de maneira compartilhada, é verdade – de ter contratos que viessem a ter dúvidas do seu processo de lisura. E nós já vamos para o 5º mês de mandato dessa nova administração.

Então, dizer ao deputado Targino que concordo com sua intervenção.

E pedir a V. Ex.^a que faça uma análise, porque já se passaram 5 meses da nova gestão e, se há algum tipo de prejuízo para esta Casa, nós já estamos também dando prejuízo há 5 meses. Então, pedir que V. Ex.^a analise o mais rapidamente possível essa situação.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Alex, com o maior prazer atenderei a V. Ex.^a e ao deputado Targino sem dificuldade.

Nós temos procurado, dentro do possível, fazer as adequações necessárias para a gente enxugar um pouco, em função da dificuldade que nós estamos passando. Mas V. Ex.^{as} serão atendidos.

Pela ordem o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, com relação a essa questão, eu acho que V. Ex.^a deveria pautar a Mesa Diretora da Casa, porque é uma questão específica, inclusive, da administração da Casa. Com todo respeito ao deputado Alex e ao deputado Targino, acho que deveria ela ter um tramite específico, que é na Mesa Diretora da Casa.

Com relação ao art. 84, Sr. Presidente, eu estarei, inclusive, indo amanhã à reunião da Mesa Diretora, se V. Ex.^a permitir, e quero, inclusive, propor uma alteração nesse item. Eu estou preocupado porque isso desmonta as comissões e inviabiliza a Casa. Porque isso está colocado... tem a palavra lá: extraordinariamente.

E se isso virar regra, vão acabar 1.400 projetos na Ordem do Dia aqui, porque, certamente, o prazo de 15 dias não dará para se fazer o devido debate nas comissões. Ou seja, no momento em que acontece isso, ele vem automaticamente para o plenário, para a Ordem do Dia, nós vamos perder o debate nas comissões.

Eu queria propor, e já estou fazendo de público, uma alteração. Já pedi ao próprio diretor parlamentar da Casa e também à nossa assessoria jurídica para verificar como funciona isso nas casas legislativas e no Congresso Nacional. Obviamente que para não ser uma coisa tão aberta, mas também dar oportunidade aos deputados de trazerem para cá extraordinariamente... a validação do presidente da Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Rosemberg, vou ler aqui para V. Ex.^a o art. 84.

(Lê) *“Ressalvadas as exceções regimentais, as Comissões terão prazo de 15 (quinze) dias para dar parecer às proposições ou emendas.*

§ 1º - Em segunda discussão o prazo previsto neste artigo fica reduzido a 8 (oito) dias. Só os projetos que tiverem recebido emendas na segunda pauta serão apreciados pelas Comissões, salvo se estas o requererem para sanar qualquer falha.

§ 2º - É de 3 (três) dias o prazo para a Redação Final, salvo nos projetos de Código, cujo prazo de duração será de 20 (vinte) dias.

§ 3º - Os prazos previstos neste artigo iniciam-se com o recebimento pela Comissão da matéria que a ela estiver sujeita.

§ 4º - Esgotados os prazos previstos neste artigo o Presidente da Assembleia, a requerimento de qualquer Deputado ou Comissão, deverá incluir a proposição na Ordem do Dia, designando Relator para proferir parecer oral, se este não tiver sido emitido.

§ 5º - Nos projetos com prazo de deliberação fixado pelo Governador do Estado, a Presidência da Assembleia fará incluí-lo na Ordem do Dia com antecedência de 10 (dez) dias do prazo, se a Comissão não tiver oferecido parecer.”

Eu acho que, realmente, o prazo é muito curto, mas seria também uma oportunidade de nós nos debruçarmos sobre o que está sendo sempre conversado e pautado. O que é? Nós temos, hoje, 1.400 e poucos projetos já na CCJ. E eu achava importante, muito interessante, que nós mudássemos o nosso Regimento para que projetos que sejam próximos ou que versam a respeito de lei, inclusive já existente, que ele fosse imediatamente apensado, ou, no caso de já ter lei votada na Casa, que a gente pegue...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Exatamente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): (...) e simplesmente descarte.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Ele não tem admissibilidade.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Já pega e arquiva logo de vez.

Acho interessante, quando esses projetos entrarem na Ordem do Dia, verificarmos se eles têm aplicabilidade real. Não é porque é de um colega nosso que não vamos rejeitá-lo. Precisamos criar a cultura de aprovar projetos de lei, mas também de rejeitá-los. São propostas, ou seja, não significa que tudo que você traz tem que ser aprovado.

Acho que temos de ter uma conversa com os nossos pares e dizer: “Olha, o que for bom, nós vamos aproveitar; o que não tiver aplicabilidade, temos que rejeitar”. Acho que esse entendimento seria bem interessante, porque aumentaria, e muito, a nossa produção aqui.

E aproveito para dizer que as comissões nunca produziram tanto. Estive conversando com deputados que já estão há muito tempo aqui, como o deputado Targino Machado, e o que estamos vendo é que as comissões estão produzindo tanto, que precisaremos abrir mais um dia, a segunda-feira, para que elas tenham reuniões concomitantemente ao plenário.

Precisamos trazer esses projetos, que já estão concluindo suas votações nas comissões, para serem votados aqui no plenário. Temos de dar mais agilidade.

Queria aproveitar, deputado Targino e deputado Rosemberg, para aprovarmos uma mudança no Regimento que permita que o plenário e as comissões funcionem concomitantemente. A reunião da comissão só será interrompida quando iniciar a Ordem do Dia. Isso é importante para termos uma produção...

O Sr. Targino Machado: Pela ordem, Excelência.

O Sr. Vitor Bonfim: Similar a Brasília.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Fica similar a Brasília

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: O.k.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, deputado Targino.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, se presidente da Casa fosse, e V. Ex.^a tivesse proferido uma questão de ordem, eu lhe responderia que iria deferir na plenitude a questão de ordem formulada por V. Ex.^a. Mas, como não sou, eu gostaria de propor a V. Ex.^a que sentássemos – V. Ex.^a, eu e o deputado Rosemberg –, hoje ou amanhã, na hora que V. Ex.^{as} determinarem, para que conversemos sobre o assunto.

Mas, ainda na questão de ordem, Excelência, como fui eu que interrompi a fala da deputada Olívia Santana, eu gostaria de solicitar a V. Ex.^a que estendêssemos o Pequeno Expediente por 5 minutos, dando oportunidade, se o deputado Rosemberg e V. Ex.^a concordarem, naturalmente, para darmos oportunidade à deputada Olívia de falar no Pequeno Expediente.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Depois eu queria fazer uma questão de ordem, Sr. Presidente.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Mais do que justo.

Pela ordem, deputado Rosemberg e deputado Alan.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Concordo com a questão de ordem do deputado Targino, está encaminhado assim. Eu até havia conversando com o presidente, deputado Targino, que temos aqui pelo menos dez projetos de deputados em condição de votarmos hoje, se for o caso. Numa combinação de se votar pelo menos um projeto de cada deputado neste primeiro semestre, a gente poderia trazer, hoje, esses dez projetos que estão aqui.

E já se agilizaria outros para a próxima semana, para ver se a gente consegue chegar ao final deste semestre votando, pelo menos, um projeto de cada deputado.

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Sempre defendo que a gente deve tentar salvaguardar o Pequeno Expediente das questões de ordem, tendo em vista que quem chega cedo para se inscrever quer dar o seu recado, quer marcar a sua posição, quer apresentar alguma coisa. Só que eu também estou inscrito. Então, se vamos estender o Pequeno expediente, eu queria que isso fosse estendido para os outros que também se inscreveram...

Sr. Rosemberg Lula Pinto: Deputado...

O Sr. Alan Sanches: Não, não. Eu também quero o meu direito, pois cheguei cedo para fazer essa inscrição. Então, como o deputado Rosemberg quer propor que fale um do lado de lá, vou propor um do lado de cá, que sou eu.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado, para ser democrático, faremos o seguinte: falará a deputada Olívia Santana, representando a Bancada do Governo, e falará V. Ex.^a, representando a Minoria.

O Sr. Alan Sanches: Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra a deputada Olívia Santana pelo tempo de 5 minutos.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, pessoal da imprensa, quero iniciar a minha fala lembrando aos Líderes o nosso acordo, feito em de março, em relação à votação de projetos que impactam a vida das mulheres. Já estamos, deputada Fabíola, em junho, às vésperas do recesso nesta Casa, e esse acordo não foi cumprido. E não me refiro somente a projetos de iniciativa das deputadas, mas também a proposições de deputados que tratam da temática relativa à situação da mulher na sociedade baiana.

Fizemos essa pactuação para que houvesse uma votação especial logo no mês de março, no Março Mulher, mas isso não aconteceu. Depois seria em maio, mas também não aconteceu. Já estamos em junho, então faço um apelo para que, na votação de hoje e na da próxima terça, esse acordo seja resgatado, considerado, valorizado e garantido pelos Líderes.

Também venho a esta tribuna, presidente, para expor a minha preocupação e a preocupação, principalmente, das pessoas da comunidade do Alto da Sereia, localizada no bairro de Ondina, aqui em Salvador. A Prefeitura baixou um decreto que declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, uma área equivalente a 3.339 metros

quadrados. E esse decreto foi publicado sem nenhuma conversa com a comunidade, com a população.

Acompanho essa situação desde o ano passado, quando houve o desmoronamento de algumas casas ali no Alto da Sereia que estavam numa situação mais delicada, numa parte mais acidentada do terreno. Entretanto, sabemos que não é toda a área que está comprometida. Embora a Prefeitura fale que só vai desapropriar de sete a 11 casas, a área delimitada equivale a cerca de 40 habitações.

Exigimos do prefeito ACM Neto uma posição aberta e explícita para a comunidade do Alto de Ondina, já que aquela região sempre foi muito cobiçada pela especulação imobiliária. Sabemos o que acontece com moradores de áreas social e economicamente privilegiadas na cidade. Há sempre essa máxima, essa lógica perversa de achar que gente pobre, gente preta não pode habitar em áreas mais valorizadas da cidade.

Estamos enfrentando essa situação e exigindo da Prefeitura um tratamento adequado. A população tem direito a ter acesso, por exemplo, à sondagem que foi feita na área. Qual foi o resultado dessa sondagem? O que foi dito em relação àquele terreno, àquela região, àquela área? A comunidade tem de ser tratada de maneira cidadã, reconhecendo o direito dela de habitar naquela região.

Eu não posso deixar de destacar os moradores da Vila Brandão e da Gamboa, que vivem sob permanente assédio. Os da Vila Brandão moram na região da Vitória; os da Gamboa na região embaixo do Campo Grande, onde há grandes prédios com apartamentos caríssimos, milionários. Sempre estivemos ao lado dessas comunidades, porque elas também têm o direito de habitar em áreas valorizadas da cidade.

Quero lembrar, para finalizar a minha fala, que nasci em 66 e sei muito bem o que minha família, o que minha mãe passou. Nós morávamos na favela de Ondina...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) nasci na invasão de Ondina. E quando o prefeito da época, ACM, resolveu investir na Ondina para transformar aquela região no bairro que é hoje – caríssimo e de alto prestígio social e econômico –, tirou as famílias de lá e jogou na Boca do Rio, área sem nenhuma infraestrutura, como é até hoje...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Comparem o que há em Ondina com o que há na Boca do Rio, e a imagem, a fotografia vai dizer por si só.

Não vamos admitir uma retirada em massa dos moradores do Alto de Ondina como política de higienização e de escolha de quem pode e de quem não pode habitar aquela área da cidade.

Portanto, fica aqui o nosso protesto e a nossa exigência de que a Prefeitura trate os moradores e as moradoras do Alto de Ondina de maneira digna, explícita, aberta. Explícite de fato qual a política habitacional que vai ser estabelecida para dar conta das necessidades daquela população.

Fica aqui o registro.

Obrigada, Sr. Presidente, por sua tolerância.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Veiga): Questão de ordem, deputada Fabíola.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Primeiro, quero saudá-lo por estar na presidência dos trabalhos de hoje.

Mas, quero ressaltar, presidente e Líderes Rosemberg e Targino, que ainda não foi deferida a autorização para a realização de audiências públicas em horários de sessão plenária, às segundas-feiras. Repito, essas audiências públicas ainda não foram autorizadas.

Hoje de manhã, deputado Alan Sanches, quando houve uma solicitação de V. Ex.^a, eu coloquei que essa autorização ainda não estava deferida, mas os deputados José de Arimateia e Alan Castro disseram que já estava.

Então, ratificando as palavras do presidente, quero dizer, deputado Alan Sanches, que nós precisamos, primeiro, deferir isso, porque audiências públicas...

O Sr. Targino Machado: Deputada Fabíola...

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Bom, a audiência foi solicitada pelo deputado Alan Sanches. Em seguida foi aprovada pela Comissão de Saúde.

Pois bem, eu queria pedir que a Assembleia Legislativa, através da Secretaria Geral, aprovasse isso antes que fossem pautadas novas audiências. Peço isso porque essa audiência, por exemplo, terá de ser adiada. Quero deixar isso aqui registrado para que não haja confusão em relação aos outros terem o mesmo direito de pautar audiências públicas.

Por último, peço ao deputado Alan Sanches e aos demais deputados da comissão que a gente se reúna para ver em que data essa audiência vai acontecer, porque ela ainda não está deferida. Como não está deferida, peço que essa presidência se manifeste a respeito disso.

Deputado Targino, com a sua *vênia* e do deputado Rosemberg, solicito que os deputados que tenham projetos na CCJ atendam o pedido do nosso querido Líder Rosemberg. Ao fazer esse pedido, ressalto que tenho inúmeros projetos que eu poderia requerer que viessem para a Ordem do Dia.

Então solicito uma reunião dos Líderes desta Casa para vermos um ordenamento. Porque não acho justo, mesmo tendo mais de 40 projetos que poderiam vir, eu pedir, considerando o Regimento, que venham para a Ordem do Dia.

Acho que um tratamento democrático deve ser dado a cada um dos deputados, pois todos têm, regimentalmente, direito de solicitar que venham para a Ordem do Dia. Por isso, peço que a gente tenha uma reunião com os Líderes para definir um regimento para isso.

Eram essas as considerações.

O Sr. Targino Machado: Deputada Fabíola, gostaria de antecipar à Casa, Sr. Presidente, que sob a minha Liderança, do conjunto das Oposições, a chance de concordarmos com as sessões especiais no horário de funcionamento do plenário é zero. E sei que o deputado Rosemberg, Líder do Governo, pensa da mesma forma.

Por outro lado, deputada Fabíola, quero dizer a V. Ex.^a que os deputados não são obrigados a ter produção de projetos. E tem alguns deputados, deputado Rosemberg, que não têm projetos. Por outro lado, eu e o deputado Rosemberg não temos autoridade com o mandato de ninguém.

Agora, deputada Fabíola, esse regramento fica na dependência da produção legislativa de cada deputado, fica na dependência da qualidade do projeto, porque amanhã, eu e o deputado Rosemberg, junto com o presidente Nelson Leal, teremos que estabelecer um regramento que passe por isso também.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Veiga): Com a palavra o deputado Alan Sanches pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES: Agradeço a V. Ex.^a.

Para que a gente possa terminar, deputado Rosemberg, o Pequeno Expediente.

Esse é um assunto que interessa a todos nesta Casa. Sou defensor dessa proposta de funcionamento das comissões, deputados Targino e Rosemberg, mas não defendo a mudança para a tarde. É isso que eu quero deixar claro.

A minha comissão, que é composta por mim e por mais sete colegas, além de mais quatro suplentes, tem tido uma dificuldade enorme de funcionamento. Até já sugeri ao presidente – e quero sugerir aos Líderes também – que a gente possa escolher deputados, para qualquer comissão, que efetivamente gostem do trabalho de comissão e que possam estar presentes nas suas reuniões.

Não é possível, deputado Rosemberg, mesmo havendo apenas uma reunião da comissão, que deputados não estejam presentes. Não tenho absolutamente nada contra o deputado “a”, “b”, “c”, ou “d” que não esteja presente naquela comissão porque tem outro afazer que seu mandato exige. Tranquilo. Cada um tem a sua opção e o seu direito de escolher.

O que eu não acho correto com a população e com esta Casa é não fazermos as reuniões das comissões por falta de quórum, já que elas são compostas por oito membros efetivos. O que solicito é o funcionamento das comissões. Por ser médico, tenho afazeres não só de deputado, mas naquele dia da comissão já me deixo reservado para vir à reunião. Efetivamente, um dia ou outro você, porventura, precisa daquele horário, aí é diferente. Mas estarei sempre presente no horário da comissão pertinente.

E quero deixar claro para a todos, tanto para os deputados quanto para a população que nos acompanha, que conseguimos, hoje, aprovar na Comissão de Saúde, por unanimidade, uma audiência pública para discutir a Qualirede e a gestão do Plansev.

O que é isso? Segundo as informações que chegaram a esta Casa, deputado Rosemberg, para prestar uma consultoria mensal – na verdade, nem é mais consultoria; por ser mensal, é realmente uma gestão – ao Planserv, a Qualirede recebe a bagatela de R\$ 7 milhões por mês. Uma conta rápida aqui: são R\$ 84 milhões por ano para fazer a

gestão do Planserv. E o que chegou a esta Casa é que são apenas 30 funcionários fazendo esse trabalho.

Esta Casa, como órgão fiscalizador do Executivo e de todas as suas secretarias, tem por obrigação esclarecer isso. Para onde estão indo esses R\$ 7 milhões por mês? O que está sendo feito, realmente, de gestão? Será necessária a manutenção desse contrato absurdo quando o governo clama por dinheiro, clama por orçamento?

Então aprovamos hoje, por unanimidade, porque todos os deputados, tanto da Oposição quanto da Situação, viram a necessidade desse esclarecimento. Hoje, o Planserv já tem mais de 5 meses de greve. Médicos de diversas especialidades vêm se somando a esse processo de greve. E o governo do estado finge, mais uma vez, que nada acontece.

Da mesma forma, deputado Robinson Almeida, o governador não se pronuncia. Ontem, falei aqui que ele continua querendo surfar na onda ao dizer: “Olha, vai ter a reforma da Previdência de qualquer forma. Não vão tirar a Bahia sozinha. Vou ficar na minha, com o meu discurso miudinho, dizendo: ‘Sou contra a reforma, sou contra!’ ” Ou seja, vai ter a reforma, mas ele só quer o bônus, sem assumir o ônus.

Mas um homem da estatura de um governador de estado precisa assumir esse...
(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Com a sua tolerância, Sr. Presidente.

(...) Não adianta dizer: “Ah!, se tirar o BPC...” Ora, isso vai ser tirado, então, governador, pare de falar bobagem, pare de falar bobagem! Não adianta dizer: “Nós temos de olhar o trabalhador rural!” Claro que isso também vai ser tirado.

Ou seja, não é por nada disso que ele está contra; na verdade, ele quer o ônus sem o bônus. Mas ele tem de esclarecer e ter a honradez de chegar a esta Casa e dizer: “Sou a favor da reforma da Previdência...”

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

“(...) porque tenho um rombo na Previdência do Estado”. Só assim ele será sincero com a população da Bahia.

Obrigado, presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Pela ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, a deputada Fabíola e o deputado Targino levantaram uma questão, mas não concluímos. Pois bem, acho que tem de ficar combinado que nos dias de sessão não pode acontecer nenhuma audiência pública. Na parte da manhã, na parte da noite ou em outro horário, tudo bem, desde que não seja no horário da sessão plenária.

Esse foi o acordo que fizemos aqui, podendo, excepcionalmente, haver reuniões de comissões, com quórum, para que possamos tentar agilizar alguns projetos. Foi isso

que conversamos. Mas audiência pública, sessões especiais e tal não poderão acontecer nesses dias.

Por último, eu queria dizer... Aliás, deixarei para falar sobre isso no tempo regimental.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Grande Expediente.

Concedo a palavra ao orador inscrito, deputado Robinson Almeida, pelo tempo de até 25 minutos.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, imprensa que nos acompanha nesta sessão, convidados das Galerias e todos que nos assistem pela *TV Assembleia*, o Brasil e o mundo estão perplexos diante das revelações dos sites *The Intercept* e *The Intercept Brasil*. Nelas são mostradas as conversas secretas dos membros da operação mais famosa em curso no país, a Operação Lava Jato.

Operação que se iniciou em 2014, quando foi saudada por todos os brasileiros como uma iniciativa no combate à corrupção, uma iniciativa para se fazer um controle efetivo de ações danosas ao Erário público. Só que essa operação, ao longo do caminho, foi se perdendo. E agora, efetivamente, essas mensagens revelam que ela foi corrompendo o próprio Estado de direito democrático, corrompendo a legislação, pois está eivada de vícios e desvios. E agora ninguém tem mais dúvida da parcialidade e da intencionalidade de tudo o que se montou em Curitiba.

Todo o processo foi construído para tirar a presidenta Dilma com um golpe institucional, com um impeachment sem crime de responsabilidade. E também para prender o presidente Lula e impedir que o Partido dos Trabalhadores pudesse, pela vontade soberana do povo brasileiro, continuar levando à frente os seus programas de governo vitoriosos nas urnas.

Este período de sofrimento que o país vive nos últimos 5 anos tem essa Operação Lava Jato como pivô central. Foi a partir dela que as iniciativas jurídicas, políticas e institucionais foram tomadas para alterar o quadro do nosso país, o que refletiu profundamente na nossa economia, levando o Brasil a uma recessão que já perdura 4 anos, com um desemprego que atinge quase 14 milhões de brasileiros, sem que tenhamos nenhum indício de recuperação, dado esse revelado pelo PIB do último trimestre, que foi negativo.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que há uma verdadeira comoção em todo o país, no mundo político. Antes, tínhamos indícios de que havia parcialidade na condução do Sérgio Moro, de que ele queria manipular a opinião pública, jogando-a sempre contra o Partido dos Trabalhadores, contra o presidente Lula. Mas a grande imprensa passava a imagem de que ele agia de forma imparcial e justa.

Essa dúvida se colocou para os brasileiros a partir de alguns procedimentos do Sérgio Mora: a condução coercitiva que ele ordenou, sem nenhuma necessidade, do

presidente Lula; o sequestro do iPad do neto do presidente Lula; a revelação que ele fez de uma conversa privada da então presidente Dilma com o ex-presidente Lula; o grampo que ele montou no escritório dos advogados que defendem o presidente Lula.

Enfim, os indícios de parcialidade, de violação da lei já estavam bastante evidentes. Mas, agora, quem tinha dúvida não tem mais o que colocar apenas sob suspeição, pois a atitude de Moro foi inadequada, indevida para um juiz da Justiça brasileira, que tem de seguir a Constituição e assegurar a sua independência, neutralidade e imparcialidade nos seus votos.

O símbolo da Justiça é uma senhora vendada, o que significa que os juízes não podem ter lado, não podem ter escolhas; ou seja, juízes têm de julgar em torno dos fatos objetivos colocados no processo sob a sua análise. E ele não só olhava, como também trocava mensagens orientando a investigação dos procuradores, sugerindo que testemunhas fossem ouvidas ou que operações fossem antecipadas para sustentar o seu enredo de condenação do presidente Lula.

É uma vergonha que membros do Ministério Público, uma instituição séria e respeitada no Brasil, tenham participado, junto com Moro, dessa grande trama para prender o presidente Lula.

As revelações são nítidas e não há o que confrontar. Inclusive, o próprio Moro não diz que é mentira, não diz que é invenção. Apenas condena a forma como essas mensagens foram adquiridas. Logo ele, Sérgio Moro, que utilizou sempre o método do vazamento, em canais privilegiados da imprensa brasileira, de informações sigilosas para manobrar o humor da opinião pública no Brasil.

Como diz o ditado popular, o feitiço virou contra o feiticeiro. Ora, Moro ensinou que informações reservadas poderiam, sim, ser utilizadas publicamente, porque o mais importante era o fato dessas mensagens e não a forma como elas foram obtidas. Por isso o seu esperneio, a sua reclamação não tem nenhuma justificativa, partindo de quem parte.

Aliás, o que o juiz Sérgio Moro deveria fazer, imediatamente, era pedir a renúncia do seu posto no Ministério da Justiça. Ele não tem mais nenhuma condição moral, política ou administrativa de coordenar esse ministério. Ele é o pivô desse escândalo, ele é o pivô dessas denúncias! Não tem como negar a combinação feita com o presidente Jair Bolsonaro, que já confessou que faria a sua indicação ao STF como prêmio por ele ter ajudado no processo eleitoral. Certamente, essas mensagens revelarão o conteúdo desses diálogos que o levaram a essa cadeira que ele não tem mais o direito de ocupar.

Moro deve sair. Quem está falando isso não sou eu, é a Ordem dos Advogados do Brasil, que pediu que fossem afastados todos os envolvidos nesse escândalo.

E o Ministério Público já abriu investigação sobre a conduta dos procuradores da Lava Jato. Deltan Dallagnol, aquele conhecido por um famoso *powerpoint*, disse na sua conversa com o juiz Moro, que veio a público pelo *The Intercept*, que precisava apresentar de forma bastante didática o que seria a acusação contra o presidente Lula.

Isso demonstra a sua relação umbilical e direta de aconselhamento e combinação com o juiz Sérgio Moro de como deveria apresentar a peça acusatória. Esse Deltan

Dallagnol está sendo investigado pelo Conselho Nacional do Ministério Público por desvio de conduta na sua atividade à frente da Operação Lava Jato.

E me espanta, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que surgiu uma verdadeira “operação abafa”, comandada, entre outros, pela *Rede Globo* de Televisão, pelo sistema *Globo* de notícias. Todos conhecem, e essas mensagens vão comprovar, que a *Globo* era a maior beneficiária, era sócia do golpe, participava das combinações. Muito em breve, os brasileiros e o mundo vão estar informados de como a *Globo* se cumpliciava com esses agentes políticos – não agentes do Direito – para manobrar a opinião pública.

Agora, a *Globo* minimiza tudo o que foi colocado publicamente pelo *site Intercept*. Mas quando o Moro vazou para ela as informações do telefonema do Lula com a Dilma, ela apresentou esse diálogo na capa de *O Globo*, o seu jornal impresso, para colocar toda a população contra o PT e impedir que Lula pudesse assumir a Casa Civil naquele momento. Já na manchete de hoje ela acusa *hackers* de terem invadido os sigilos.

Mas, para ficar claro, o dono do *Telegram*, o aplicativo que abrigava e armazenava essas mensagens, já veio a público afirmar que não houve *hackeamento* dos seus dados, que não houve invasão dos seus dados. Então ele tem de encontrar outro alibi.

Muito provavelmente, creio eu, será revelada em breve a fonte dessas informações. E não me causará espanto se dentro do próprio grupo que participou desses *chats* tenha alguém que distribuiu essas informações para o jornalista Glenn Edward Greenwald, que é o responsável por assinar essas matérias.

Aproveito para agradecer aos 20 deputados que se somam a mim para apresentar o projeto de resolução que concede a Comenda Dois de Julho ao jornalista e advogado Glenn Edward Greenwald.

(Lê) “*Glenn Edward Greenwald nasceu em Nova Iorque, nos Estados Unidos da América (EUA), em 06 de março de 1967. Após graduar-se em Direito, e enquanto permaneceu nos EUA, atuou em questões relacionadas ao direito constitucional e direitos civis, na defesa de cidadãos que não tinham condições de custear as despesas com advogado. Na advocacia combateu o racismo e organizações neonazistas.*

Mais adiante passou a atuar também como jornalista. Nessa condição, denunciou falsas informações divulgadas pelo governo norte-americano com a finalidade de justificar, perante os cidadãos, a guerra no Iraque. O resultado dessa investigação jornalística terminou por demonstrar ações ilegais de espionagem perpetradas pela Agência de Segurança Nacional dos EUA contra outros países e empresas estrangeiras.

Glenn Greenwald trabalhou em importantes veículos de comunicação com destaque mundial, dentre estes o The Guardian. Em 2013 deixou o jornal britânico para fundar o The Intercept, um sítio eletrônico de notícias e publicações diversas, para o qual contou com a parceria da cineasta, documentarista e escritora Laura Poitras, e da jornalista investigativa norte-americana Jeremy Scahill, especialista em temas de segurança nacional.

Ainda em 2013 passou a publicar arquivos cedidos por Edward Snowden, a revelar detalhes dos programas de vigilância global desenvolvidos pelo governo norte-americano, que incluíam a interceptação de comunicações e do tráfego de informações na rede.

Em entrevista à jornalista Sônia Bridi, em 2013, Glenn revelou que diversas empresas brasileiras, dentre elas a Petrobrás, e a então presidente da República, Dilma Rousseff, haviam sido interceptados pelos EUA.

Ao longo da carreira de jornalista investigativo foi agraciado com inúmeros prêmios e condecorações, incluindo-se o prêmio de jornalismo ‘Independent Park Center I.F. Stone’, em 2008, o prêmio ‘Online Journalism’, em 2010, o ‘George Polk’, de reportagens sobre segurança nacional, o prêmio de jornalismo investigativo e de jornalismo fiscalizador da Gannett Foundation, o prêmio de pioneirismo da Eletronic Frontier. Foi também o primeiro estrangeiro a receber o prêmio Esso...” – maior prêmio do jornalismo brasileiro – “(...) de excelência em reportagens investigativas no Brasil.

As reportagens publicadas por Glenn a respeito da Agência de Segurança Nacional dos EUA renderam ao The Gardian, em 2014, o prêmio...” – o mais importante daquele país – “(...) Pulitzer, outorgado àqueles que realizam trabalhos de excelência no jornalismo, literatura e composição musical...” – ofertado pela Universidade de Columbia.

“(...) Neste último final de semana o site The Intercept, que goza de credibilidade em todo o mundo, sob a liderança de Greenwald, passou a divulgar uma série de diálogos mantidos entre o procurador da República Deltan Dallagnol e o juiz federal Sérgio Moro, a demonstrar uma relação de promiscuidade na condução de processos judiciais da operação que passou a ser denominada de ‘Lava Jato’.

Os diálogos revelam, na verdade, o que já se sabia! Uma verdadeira articulação política tramada por integrantes da magistratura e do Ministério Público Federal, que não horaram as instituições que integram, ou integraram, para interferir ilegal e indevidamente nos destinos políticos do país, mediante ações previamente acertadas e estrategicamente implementadas...”

Sr. Presidente, estamos apresentando a esta Casa este projeto de resolução por causa da grande contribuição desse jornalista ao jornalismo investigativo e à democracia brasileira.

Com o aparte o Líder do meu partido, deputado Marcelino Galo.

O Sr. Marcelino Galo Lula: Nobre deputado, parablenzo V. Ex.^a não só pelo pronunciamento, mas também por capitanear essa iniciativa que todos nós assinamos, toda a Bancada do Partido dos Trabalhadores e outros deputados, no sentido de fazer uma homenagem sem precedentes, porque a ação desse jornalista, cumprindo a sua missão no trabalho investigativo, muda a história.

Agora recebemos a notícia de que o ministro Lewandowski, como relator do pedido de habeas corpus, já concedeu e encaminhou ao plenário do Supremo.

Então, já há uma alteração nessa história. E agora, ao se desnudar as verdadeiras razões dessa ação empreendida por uma parte do Judiciário, principalmente aquela

comandado por Moro e Dallagnol, que foram treinados no porão do CIA, que é a agência do serviço secreto americano... Eles fizeram a parte deles, aqui no Brasil, nesse esquema montado para atuar em toda a América Latina – Equador, Argentina, Peru, etc. – com homicídios e uma série de outras violências. Enfim, uma orquestração para usurpar os recursos naturais e destruir a nossa indústria.

A deputada Olívia Santana propôs, na Comissão de Infraestrutura, uma audiência para discutir a situação da construção civil. Quem destruiu a nossa indústria de construção civil, a nossa indústria aeronáutica, a nossa indústria naval?

Temos hoje, no Brasil, mais de 13 milhões de desempregados graças a essa ação nefasta que, para a felicidade de todo o povo baiano e brasileiro, agora é exposta de forma tão clara e explícita, justamente, graças à ação desse jornalista. Quiséríamos nós que tivéssemos mais jornalistas como esse.

Então, parablenzo V. Ex.^a por essa homenagem. Esta Casa tem de aprovar essa condecoração, pois temos de fazer aqui uma grande celebração à verdade, à justiça, à democracia. Lula livre!

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: Obrigado, grande Líder. Incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento.

Cedo, agora, um aparte à deputada Fátima Nunes.

A Sr.^a Fátima Nunes Lula: Deputado Robinson Almeida, quero parabenizá-lo por essa iniciativa, que todos nós da Bancada do Partido dos Trabalhadores aprovamos. Com certeza, muitos outros pares desta Casa vão ver a grandeza da sua iniciativa e também estarão conosco.

Mas eu queria dizer que, há poucos dias, o nosso querido Lula recebeu uma carta do nosso querido papa. Sou da Igreja Católica e, portanto, leio muitas vezes a Bíblia na confiança de que o nosso bom Deus nos dá força para, nos momentos mais difíceis, mais cruéis, suportar as dores e, logo em frente, conquistar a vitória.

Pois bem, no encerramento da sua carta, ele dizia: “Força, Lula. A verdade vos libertará”. Não demorou nem tanto para que esse jornalista, prestimoso à imprensa mundial e brasileira, mostrasse essa injustiça cruel que o Sérgio Moro desenvolveu nesse período contra o povo brasileiro. O prejuízo e as dores que o nosso presidente Lula vem passando naquele cárcere é a dor de todos nós que queremos justiça, democracia, paz social e vida digna para o nosso povo.

Lula disse na sua última entrevista que tinha obsessão por desmascarar o Moro. E o Moro desmoronou.

Parabéns e obrigada.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: Também agradeço o seu aparte, nobre deputada, e o incorporo ao nosso pronunciamento.

Estamos todos na expectativa das novas revelações, porque o Brasil precisa conhecer toda a verdade envolvendo esse episódio que tem tomado a cena política brasileira nos últimos 5 anos.

Mas, Sr. Presidente, eu também queria aqui comentar outro assunto. O governador Rui Costa participou de um encontro nacional de governadores e reiterou

sua posição em relação à reforma da Previdência, posição essa já expressa na carta dos governadores do Nordeste.

O governador Rui Costa é contra tirar o direito de aposentadoria dos trabalhadores rurais; o governador Rui Costa é contra a diminuição do Benefício de Prestação Continuada dos idosos; o governador Rui Costa é contra desconstitucionalizar o capítulo da Previdência, como quer essa reforma de Bolsonaro; por último, o governador Rui Costa é contra o regime de capitalização substituir o Regime Geral de Previdência solidário existente hoje.

Eu pergunto àqueles que queriam as nossas respostas: o prefeito de Salvador é a favor de quê? O líder, o presidente nacional do DEM, é a favor da reforma de Bolsonaro, que quer acabar com a aposentadoria rural, que quer acabar com o direito do nosso povo de se aposentar, que quer deixar os privilégios dos sonegadores e devedores continuarem do jeito que estão. Então, ele tem que vir aqui a público dizer o que defende o prefeito ACM Neto, como presidente do DEM. Ele defende essa reforma da Previdência do governo Bolsonaro.

Por isso mesmo, na próxima sexta-feira, o Brasil vai parar contra essa reforma. Uma mobilização comandada e organizada pelas centrais sindicais. Todas as centrais sindicais, de forma unânime, estão mobilizadas para fazer a maior greve geral do país. Aos trabalhadores vão se somar os estudantes, que vão para as ruas lutar contra os cortes de verba na Educação, e o Brasil vai parar na sexta-feira. Essa reforma tem que ser retirada do Congresso Nacional, e os cortes na Educação têm que ser sustados, para que este governo possa ter o mínimo de credibilidade na sociedade.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, eu também quero falar de uma notícia que foi divulgada hoje em alguns veículos de comunicação de Feira de Santana, que é o resultado de uma pesquisa eleitoral contratada por esses veículos. Na pesquisa eleitoral, membros ou ex-membros desta Casa pontuam, com boas chances de lograrem êxito, no próximo pleito eleitoral. Lidera a pesquisa o ex-deputado estadual, hoje deputado federal, Zé Neto, com cerca de 25% dos votos; empatados, em segundo lugar, estão o atual prefeito Colbert Martins e o deputado estadual, Líder da Oposição, Targino Machado. Em 4º lugar, vem o ex-deputado Carlos Geilson, com cerca de 10% dos votos.

É representativo que, dos quatro candidatos mais bem colocados, só tenha um candidato do grupo político dominante dos últimos 20 anos, em Feira de Santana. Essa é uma eleição que a oposição tem grandes chances de levar a vitória, acabar com aquele reinado – que já está desmoronando – e construir novos tempos de mudança na cidade de Feira de Santana. E isso é muito importante, porque aquela cidade precisa de um novo modelo de desenvolvimento. Há problemas crônicos, como o de mobilidade urbana, que se arrasta por muito tempo; a falta de investimentos na Saúde, que sobrecarrega a rede estadual presente no município e na região; problemas na Educação. Feira já cansou daquele modelo patrimonialista, que confunde o público com o privado, e quer respirar ares novos na administração pública municipal.

O Sr. Targino Machado: V. Ex.^a me permite um aparte?

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: Com aparte, por exíguos 30 segundos, o deputado Targino Machado, bem colocado na pesquisa de Feira.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. Targino Machado: Caro deputado Robinson Almeida, só para lhe trazer um dado, pois talvez V. Ex.^a não tenha observado, não tenha recebido o caderno. O principal problema de Feira de Santana, da administração municipal – o povo referiu, com 72% – é a desassistência na área da Saúde, justamente de onde se desviaram R\$ 100 milhões.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: Esse será um assunto para próximos debates aqui.

Muito obrigado a todos. Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Horário das Representações Partidárias. Com a palavra o representante do PSOL, para falar ou indicar orador pelo tempo de 2 minutos.

Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou ao Líder do PP, para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Falará por 6 minutos a deputada Fátima Nunes.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Com a palavra, pelo tempo de 6 minutos, o deputado...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Olha, não há orador nesse momento. Eu queria fazer uma questão de ordem, para que pudesse, no período de 15 minutos, chamar uma verificação de quórum para a continuidade da sessão. Que a gente faça isso, deputado Targino, por gentileza. E aproveitar – já que os deputados querem falar –, eu vou aproveitar para chamar os deputados aqui, e ela vai falar nesse período. A deputada Olívia e a deputada Fátima Nunes.

O Sr. Alan Sanches: Questão de ordem. Eu quero contraditar o deputado Rosemberg nos 15 minutos. Nos 15 minutos, eu quero contraditar...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: O deputado quer fazer o pedido de verificação de 15 minutos? Questão de ordem?

O Sr. Alan Sanches: V. Ex.^a...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Então eu peço...

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Só um segundo, deputado Alan Sanches.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Eu tinha retirado a questão de ordem para aproveitar os 12 minutos, para que os deputados viessem falando. Já que o deputado Alan pede a questão de ordem, os 12 minutos dos deputados... O.k. Então, deputados, na questão de ordem, peço que marquem 15 minutos. Vou chamar todos os deputados para que se façam presentes aqui.

Queria pedir para chamar os deputados e as deputadas que estão no cafezinho, nos seus gabinetes. Há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da sessão – para que possamos dar continuidade à presente sessão – porque nós vamos

votar alguns projetos, inclusive projetos de deputados. Nós vamos apreciar ainda hoje, aqui, pelo menos oito, nove projetos de deputados. E queria solicitar que, nesses 15 minutos, colocasse o deputado que pediu, o deputado Alan, mas também a deputada Fátima e o deputado Eduardo.

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, então, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Deputado Alan Sanches, só um segundo. Zere o painel, marque o tempo regimental de 15 minutos. Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão, realizado pelo deputado Rosemberg Pinto.

O deputado Alan Sanches, pelo tempo de 5 minutos para contraditar. Após, pela inscrição, o deputado Marcelo Veiga e a deputada Fátima Nunes.

O Sr. Alan Sanches: Obrigado, Sr. Presidente, pelo entendimento...

A Sr.^a Fátima Nunes Lula: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): A palavra está com o deputado Alan Sanches, deputada Fátima.

O Sr. Alan Sanches: Mas é uma amiga, a deputada Fátima é uma amiga. Ela estava desligada, mas é uma amiga, é a coroa do sertão.

Bem, presidente, na verdade, fico feliz porque hoje a Casa começa a apreciar os projetos de iniciativa dos deputados. Eu acho que é extremamente importante. Só peço aos dois Líderes e ao presidente que a gente aprecie o projeto dos deputados com a presença do respectivo autor. O autor tem que estar presente, para que a gente faça a votação dessas matérias. Sendo assim, não há problema nenhum para mim.

Mas eu quero deixar claro que a gente teve uma discussão, ali – discussão no bom sentido, uns questionamentos –, sobre a gente ter aprovado, hoje, uma audiência pública para tratar sobre a Qualirede e a gestão do Planserv. Pelo entendimento do presidente da comissão, deputado Alan Castro, seria na segunda-feira, porque seria no horário da comissão. Mas não há esse entendimento na Casa, nem foi isso aprovado pela Mesa Diretora. O horário da comissão é na terça-feira, às 10h, então, a audiência para tratar sobre a Qualirede e a gestão do Planserv será, justamente, na terça-feira, no horário da comissão, às 10h, para que não haja dúvida. Então, quero que conste aqui neste plenário que será...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Deputado Rosemberg, a palavra está com o deputado Alan, pelo tempo de 3 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto : O.k.

O Sr. Alan Sanches: A gestão... Essa audiência pública... Não, eu não estou marcando audiência, deputado Rosemberg. Eu estou esclarecendo. V. Ex.^a parece que está com medo de quê, deputado Rosemberg? Nem da Comissão V. Ex.^a é. Está marcado para terça-feira. É no horário da comissão. Não estou marcando. Está marcado para a próxima reunião da comissão, que é terça-feira, às 10h. V. Ex.^a, se quiser, pode buscar na ata e ver que está marcada no horário da comissão. Como a Comissão de Saúde é terça-feira, às 10h, estará marcado para esse horário.

Não há marcação de dia. Não houve data. Não é dia 7, dia 10, dia 15, dia 20. Está marcado para terça-feira, no horário da Comissão, mas não há esse entendimento ainda, deputado. Isso aí ficou claro. Agora, se o deputado Rosemberg quiser participar das reuniões da Comissão de Saúde, será muito bem-vindo, porque assim eu tenho certeza de que nós teremos quórum. Mas V. Ex.^a não precisa ficar amedrontado, não tenha receio de trazer as informações.

O que acontece aqui, as informações que chegam a esta Casa – por isso houve a necessidade de adiantarmos – são, justamente, sobre a quantia paga pelo governo do estado de mais de 6 milhões, dá mais ou menos 7 milhões por mês, 84 milhões por ano, e com apenas trinta funcionários. Então o que a Casa precisa, e eu também... Isso não sou eu que estou afirmando, deputado Rosemberg. Isso é o que chegou ao conhecimento da Casa e o que nós da Comissão de Saúde queremos é apenas o esclarecimento.

Realmente, são só trinta funcionários trabalhando aqui na Bahia? Realmente, são pagos 7 milhões por mês? Então, não precisa ter receio. Isso será apresentado e esclarecido. Na primeira reunião que nós fizemos sobre o Planserv, a gestora, que ganha apenas essa bagatela de quase 7 milhões – V. Ex.^a estava presente –, nem lá deu as caras, sendo que ela que teria as informações. Se deu as caras, estava ali escamoteada, escondida, fazendo parte de uma forma escondida, para obter as informações que estavam sendo tratadas naquela audiência.

Então, acho que a Bahia precisa desse esclarecimento. A Bahia quer esse esclarecimento, inclusive esta Casa. São quantos os funcionários que trabalham nessa Qualirede? São apenas trinta mesmo? É isso que a gente quer saber. A bagatela que é paga é só de...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) 84 milhões por ano? Num orçamento para alimentar que a Bahia, que o governador do estado fica, o tempo todo, se queixando da falta de orçamento para executar as coisas?

E por último, Sr. Presidente, queria esclarecer que Entre Rios foi notícia no Jornal Nacional, com um surto de uma doença que pode ser dengue, chikungunya, zika e, inclusive, dito, pelo próprio secretário da Saúde – para terminar, Sr. Presidente, para concluir...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que é a falta de estrutura, que o próprio secretário da Saúde do estado não tem dado. Nós temos aqui mais de quarenta viaturas da Vigilância Sanitária, que são para trabalhar com a dengue, e hoje continua assim. Então, é a forma que o governo do estado tem tratado essas doenças. E esse surto que hoje está em Entre Rios, tenha certeza de que vai se expandir, infelizmente, para outras cidades, se o governo do estado não tomar providências.

Muito obrigado.

Eu só queria que, mais uma vez, V. Ex.^a fizesse a verificação de quórum.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Srs. Deputados que estão presentes na Assembleia Legislativa, há um pedido de verificação de quórum para continuidade da sessão em andamento. Temos a necessidade da presença de quatro dos Srs. Deputados para garantir o quórum da presente sessão.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, eu queria pedir aos deputados... É porque, talvez, se nós conseguíssemos chegar ao quórum de votação logo agora, nós dispensaríamos os tempos, para que pudéssemos votar os projetos agora, uma vez que nós temos os projetos de deputados que serão apreciados.

Então, queria chamar todos os deputados e deputadas que estão na Casa, nos seus gabinetes, para que pudessem se fazer presentes. Nós temos dois projetos importantes de iniciativa do Executivo e mais oito projetos de deputados, que estamos iniciando para que possamos votar pelo menos um projeto de cada deputado aqui nesta Casa.

Então, hoje, já veio uma seleção de nove projetos. Na próxima semana, ou talvez amanhã, a depender dos projetos que já vieram para cá, a gente pode votar mais alguns projetos. Então, eu queria pedir a todos os deputados e deputadas que já viessem dar quórum para continuidade da presente sessão e que permanecessem aqui, para que nós pudéssemos votar os diversos projetos.

Além do mais, eu queria conclamar, neste período, que fizéssemos um grande debate, no decorrer da semana, para que pudéssemos tirar todas as dúvidas com relação à LDO. Procurar o deputado Vitor, para que a gente pudesse tirar todas as dúvidas para, na próxima semana, estarmos aqui em condição de votar.

Quem sabe a gente votando esses projetos na próxima semana, a gente destrave a pauta ainda mais, para aprovar mais projetos de deputados, para que a gente encerre este primeiro semestre com uma votação expressiva de projetos de iniciativa dos deputados aqui da Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Com a palavra o deputado Marcelo Veiga, por até 5 minutos.

O Sr. Marcelo Veiga: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, imprensa aqui presente, como todos nós sabemos, no mês de junho, na Bahia, se iniciam os festejos juninos. É um mês muito importante para toda a Bahia, pois a gente tem como apreciar e defender a cultura do estado.

E gostaria de frisar as três viagens que fiz no final de semana, na região do Semiárido, prestigiando eventos juninos, que dão valor, dão importância à cultura nordestina e à cultura do nosso estado.

No sábado, eu estive na cidade de Canudos, na missa do vaqueiro. Presenciei e participei da famosa vaquejada que acontece naquela cidade, a tradicional Vaquejada de Canudos. Eu acho muito importante, deputada Fátima Nunes – V. Ex.^a, que é uma deputada do sertão, como eu –, estar presente nesses eventos que prestigiam e dão valor à cultura nordestina.

Gostaria de mandar uma saudação especial ao vice-prefeito de Canudos, Adailton Gama, e à vereadora Mirele Gama, daquele município.

À noite, estive em Novo Triunfo, Fátima, também na nossa região, prestigiando uma vaquejada, uma vaquejada tão simbólica e importante para a nossa cultura. Nossa região defende muito. A senhora sabe da importância, sabe que a vaquejada, além de ser um esporte, além de ser cultura, movimenta a economia. Então, fiz questão de estar em Novo Triunfo, ao lado do prefeito Batistinha, do vice-prefeito Jerry, que é o que fez aquele parque de vaquejada. Estive também com o ex-prefeito Ligeirinho, porque acho importante que o poder público... E nós deputados temos que acompanhar, temos que estar presentes, temos que defender a vaquejada.

Vale frisar, também, a participação de vaqueiros de todo o Brasil, principalmente do Nordeste e do Norte do Brasil. E eu gostaria de destacar a participação de um querido amigo, vaqueiro famoso em todo o Brasil, o Nathan Queiroz, que é um jovem – assim como eu – que defende e pratica a vaquejada. Ele sabe da importância popular, social e econômica desse esporte, que é tão querido aqui pela Bahia. Então, deixo aqui a minha manifestação e a minha luta por esse esporte e essa tradição baiana.

No domingo, presidente, estive na cidade de Abaré, com meu amigo Fernando Tolentino, prefeito daquela terra, fazendo questão de estar sempre próximo do povo, porque foi aquele que nos fez estar deputado hoje. Então, deixo minha saudação a todo o povo nordestino, a todo o povo da Bahia e ao povo dessas três cidades queridas: Canudos, Novo Triunfo e Abaré. Fico muito feliz de estar sempre presente nesses eventos.

Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Restabelecido o quórum e dando continuidade à presente sessão, concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou ao Líder do PP para falar ou indicar orador, pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Irão falar a deputada Fátima Nunes, por 6 minutos, e o deputado Rosemberg, por 6 minutos.

Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Concedo a palavra à deputada Fátima Nunes, pelo tempo de até 6 minutos.

A Sr.^a FÁTIMA NUNES LULA: Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, o tempo, hoje, vai ser um pouco curto para as falações, e eu tenho várias notícias para serem registradas, porque todas elas fazem parte das votações que faremos aqui, do orçamento e de outros projetos. Portanto, queria registrar a nossa satisfação, agradecer ao nosso governador Rui Costa e parabenizar a nossa cara prefeita Gracinha, de Araçás.

Nesse sábado, tivemos a oportunidade de inaugurar uma belíssima creche, e ao inaugurar essa creche, nós também mandamos um abraço para nossa querida, que não está mais na presidência por conta do golpe, mas foi ela quem criou o programa Brasil Carinhoso. E o que nós inauguramos lá, naquela bonita creche, foi, exatamente, o que ficou das políticas públicas do governo Lula e do governo Dilma, o que permite que as pessoas possam viver nas suas cidades com dignidade.

Naquela ocasião, fiz questão de falar que, enquanto temos um presidente – que não fui eu que elegi, mas foram alguns numerosos brasileiros, principalmente da região Sul, porque o Nordeste votou em Haddad – que corta os recursos para a educação, aqui

na Bahia, o nosso governador – ao lado dos prefeitos parceiros – amplia os investimentos e faz com que a nossa população tenha mais oportunidade de frequentar a escola. Uma escola boa, de qualidade, desde a creche até os anos da universidade.

Quero parabenizar o secretário Jerônimo, o nosso Líder Rosemberg, a nossa querida deputada Fabíola Mansur. Eles que, com muito diálogo, conseguiram restabelecer o trabalho – o término da greve e a volta ao trabalho, com fé em Deus – nas assembleias que irão acontecer, para que as nossas universidades estaduais possam voltar a atender a nossa juventude.

Queria também, ainda lembrando de educação, registrar um ato grandioso do nosso vereador Jânio, da comunidade de Pedra Vermelha, no município de Monte Santo. Uma comunidade que, por muito tempo, esteve esperando a construção de uma escola – uma escola que os nossos governadores Wagner e Rui tinham se colocado à disposição para construir –, mas havia um empecilho muito grande, que era a questão do terreno. E aquele vereador, simples e humilde, colocou sua casa à disposição em troca de um terreno, para assim fazer a doação desse terreno para o estado.

E hoje, na Pedra Vermelha, município de Monte Santo, deputado Rosemberg Pinto, inicia-se a construção daquela escola. Com a grandeza – que a gente não pode deixar de registrar – do nosso vereador Janio. Para confirmar que são as mãos mais simples as que mais se abrem para colaborar, para se solidarizar, para ser presença, inclusive nas políticas públicas que são desenvolvidas pelo nosso governador Rui Costa.

Queria também registrar a alegria de contar com a presença do nosso secretário Josias Gomes, que está desenvolvendo uma série de seminários em todas as regiões onde a CAR está desenvolvendo projetos do Bahia Produtiva, do Pró-Semiárido e outros projetos especiais, para fortalecer a agricultura familiar.

Ali, a gente pode, realmente, ver o quanto os agricultores e as agricultoras, mesmo no sertão, onde a chuva é escassa – dois terços do território da Bahia estão no Semiárido... Mas a gente pode ver a força e a determinação desses sertanejos em aproveitar o umbu, o ouricuri e outros frutos do mato, como são chamados, para transformar em alimentos saudáveis e colocar no mercado da economia solidária, e, também, trazer aqui para a cidade.

Então, foi muito importante contar com a presença do secretário Josias Gomes e da secretária Cíbele. Foi um dia de festa, foi um dia histórico...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) no município de Monte Santo, nesse domingo.

Queria registrar, também, que todas as ações que nós celebramos, que nós inauguramos e os alimentos que saboreamos fazem parte dessa política de convivência com o semiárido, projeto que votamos nesta Casa e que não ficou no papel nem na gaveta. É um projeto que está em ação na CAR...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) com o nosso diretor, que conduz muito bem, Wilson Dias; com o secretário Josias Gomes; e com o apoio de Jeandro, que é o chefe de gabinete, que tem sido,

também, um grande desenvolvedor dessas ações, porque ele faz o trabalho junto com as associações, com a cooperativa e com o grupo de mulheres produtoras. E tudo isso faz com que...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) a gente possa continuar vivendo no campo, mas vivendo com dignidade.

São esses os registros que queria deixar hoje e, mais uma vez, parabenizar a nossa bancada...

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Para concluir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a FÁTIMA NUNES LULA: (...) o deputado Robinson Almeida, pela brilhante iniciativa. E, hoje, vim com alegria com minha camisa Lula livre, pois tenho certeza de que algum juiz vai fazer justiça a esse homem tão digno e tão valoroso para este país.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Dando continuidade ao Horário das Lideranças Partidárias, com a palavra o deputado Eduardo Alencar, pelo tempo de até 6 minutos.

O Sr. EDUARDO ALENCAR: Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas aqui presentes, mais uma vez volto a esta tribuna para usar este microfone para expressar o que ocorreu com o deputado Eduardo Alencar em Simões Filho, no dia 17 de maio, quando nós aprovamos – eu não aprovei porque não era membro da Comissão do Meio Ambiente – a visita a Simões Filho, da empresa Naturalle.

Marcamos com o deputado José de Arimateia para que fossemos a Simões Filho. O nosso encontro seria na porta da Câmara de Vereadores, e assim foi feito. Eu estava lá no horário marcado, às 9h30. Acho que o deputado José de Arimateia deve ter chegado às 9h50 e estava no gabinete do presidente. Foi quando fui chamado para também comparecer ao gabinete do presidente da Câmara de Vereadores.

Chegando lá, para minha surpresa, estava o deputado José de Arimateia – que está aqui presente no plenário –, mas estava a primeira-dama do município de Simões Filho, a deputada Kátia Oliveira. Ela estava presidindo, praticamente, deputado Robinho, uma audiência pública, no gabinete do presidente da Câmara de Vereadores do município de Simões Filho.

Eu estava lá sozinho, com apenas mais dois vereadores ao meu lado, com toda a imprensa do município de Simões Filho presente, e sendo arguido do projeto que está sendo implantado em Simões Filho – o qual começou na minha administração e deu continuidade na administração atual.

Mas o clima que estava dentro daquela Câmara de Vereadores era muito ruim, agressivo, onde eu estava correndo risco de vida. Durante esse período que estive lá, foram discussões de um lado, acusações do outro. Quem estava presidindo esse momento foi a deputada Kátia Oliveira, e nós estivemos em pé por mais de 30, 40

minutos: eu, o deputado José de Arimateia, e, para minha sorte – e quero agradecer aqui do plenário –, o deputado Hilton Coelho. Se não fosse a presença dele naquele momento, poderia ter acontecido um acidente.

Gostaria de deixar registrado aqui, com a presença do deputado José de Arimateia, que meu sentimento, deputado, é por V. Ex.^a ter deixado que eu passasse por um momento daquele ali. Jamais permitiria que acontecesse aquilo com V. Ex.^a. Não levaria, de forma nenhuma, V. Ex.^a para um lugar daquele, num momento daquele, num ambiente hostil. Fizem semelhante àquilo com o governador da Bahia. E fizeram idêntico comigo, tendo toda imprensa gravando, com um policial atrás de mim a todo tempo, a todo momento – porque se eu fosse cometer algum ato eu estaria sendo vigiado por um policial à paisana. Eu e meus amigos que estavam ali, mais três vereadores, estávamos correndo um risco de vida.

Mas quero lhe agradecer, deputado Hilton, se você não fosse o mediador naquele momento, não sei o que poderia ter acontecido conosco, ali, naquela salinha de 20 por 20, trazendo tantos transtornos para todos nós.

E hoje... Havíamos marcado uma audiência para amanhã, quarta-feira, pela manhã, com referência a essa empresa Naturalle. Porque só nessa audiência pública é que nós poderemos esclarecer a intenção, o objetivo, se existe culpado ou se não existe culpado da instalação daquela empresa no município de Simões Filho. Marcamos para amanhã, mobilizamos a comunidade de Mapele, a comunidade de Pitanga dos Palmares, as entidades de classe, os ambientalistas, todas as pessoas foram mobilizadas para essa audiência.

E, para minha surpresa, recebo, no meu gabinete, um comunicado do deputado José de Arimateia cancelando a audiência por falta de quórum dos deputados. Mas em audiência pública, deputado, não há necessidade da presença da maioria dos deputados que fazem parte da comissão. O importante é que a sociedade e os interessados naquele objeto, interessados naquela audiência pública estivessem presentes e discutissem aquelas ações que nós pretendíamos discutir amanhã, e que tentaram discutir na Câmara de Vereadores, mas não houve oportunidade na devida comissão.

Então, eu acho que (...)

O Sr. Hilton Coelho: Um aparte, deputado.

O Sr. EDUARDO ALENCAR: (...) como deputado que hoje faz parte da Comissão de Meio Ambiente, gostaria de dizer a V. Ex.^a que foi uma tristeza muito grande, foi uma decepção muito grande para mim e para todas as pessoas que desejam esclarecer a instalação daquela empresa no município de Simões Filho.

Então (...)

O Sr. Hilton Coelho: Um aparte, deputado Eduardo.

O Sr. EDUARDO ALENCAR: (...) eu quero deixar a minha insatisfação, em nome da população e do povo de Simões Filho, que gostaria tanto que tudo isso fosse esclarecido.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Veiga): Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PSC para falar ou indicar orador, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Targino Machado: No tempo indicado, Excelência, falará o deputado José de Arimateia, por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Veiga): Com a palavra o deputado José de Arimateia.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, eu estou aqui com três assuntos importantes para tratar, mas gostaria de responder ao deputado Eduardo Alencar pela forma que ele colocou a sua explanação, que não condiz com a verdade. Não condiz com a verdade! V. Ex.^a ouça, V. Ex.^a está equivocado. Está equivocado!

Sr. Presidente, quando eu assumi a Comissão de Meio Ambiente, em todas as visitas dessa Comissão, o ponto de encontro sempre foi a Câmara de Vereadores, e convocando o prefeito da cidade. Já fui vereador e tenho todo o respeito com os vereadores de qualquer município. E assim eu fiz nessa visita, que foi sugerida por V. Ex.^a, que, pelo Regimento Interno, nem fazia parte da Comissão de Meio Ambiente. Estavam numa sessão ordinária, na Comissão de Meio Ambiente, e ele pediu ao deputado Marcelino Galo que apresentasse um requerimento, solicitando a visita a essa empresa.

Ele usou uma fala, e eu até disse a ele: “Olha, deputado Eduardo Alencar, eu vou abrir uma exceção para o seu pedido”. E assim o fiz. Do jeito que V. Ex.^a pediu, eu fiz. Para fazermos a visita lá, *in loco*, e depois realizarmos a audiência pública, aqui nesta Casa...

O Sr. Eduardo Alencar: É verdade, é verdade, deputado. Mas...

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: V. Ex.^a, eu estou no plenário. Eu não dei aparte a V. Ex.^a. V. Ex.^a aprenda a ouvir, e a ouvir o que é correto. Esta Casa conhece o deputado José de Arimateia, sabe qual é a minha postura de um homem íntegro, cuidadoso e responsável.

Então, Sr. Presidente, eu abri uma exceção. O deputado não fazia parte da Comissão. E assim, eu botei dentro do cronograma...

A Sr.^a Kátia Oliveira: O deputado me concede um aparte, por favor? Deputado José de Arimateia, me concede um aparte, por favor?

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: V. Ex.^a está inscrita. Deixe-me só concluir aqui. Assim eu fiz, botei e marquei. Ele queria até que fosse logo a audiência pública. Eu disse: “Deputado, nós vamos fazer as duas coisas. Vamos visitar e depois fazer a audiência pública.” Está mantida a audiência pública! Ele disse que foi cancelada. Não foi, não! Apenas recebi do colegiado, dos deputados que representam a Comissão, um pedido de adiamento da data. Não é a suspensão da audiência pública.

A audiência pública vai acontecer. Vai sim! Não amanhã, porque eu respeito o colegiado desta Casa, os Srs. Deputados – ou a maioria. Eu recebi os ofícios dos

deputados que são membros da Comissão, porque nós vamos ter... Nós visitamos... Quando chegamos à Câmara de Vereadores, fui recebido pelo presidente da Câmara e vi que o deputado Eduardo Alencar estava no estacionamento da Câmara. E para eu não ficar na sala do presidente sozinho, eu disse: “Não, vou chamar o deputado porque ele é o requerente desta visita.” E assim o fiz: chamei V. Ex.^a! Porque se eu estivesse fazendo algo camuflado, como V. Ex.^a está querendo colocar, eu jamais tinha mandado lhe chamar.

V. Ex.^a tem que aprender a respeitar os homens de bem que estão na política. V. Ex.^a precisa respeitar. E assim eu fiz: chamei, mandei chamar. E outra, Sr. Presidente, nós tínhamos um segurança. Nós, da Comissão de Meio Ambiente, andamos com um segurança desta Casa. Lá, V. Ex.^a não estava desprotegido, não. Primeiro, quando eu cheguei à sala do presidente, o presidente queria que eu sentasse na cadeira dele e eu disse que não. E só abri a minha boca quando V. Ex.^a chegou. Eu deixei todos falarem e dei o seu direito de fala também, antes de nós irmos para o local da visita.

Então, as coisas têm que ser claras. Não podemos estar aqui apresentando inverdades. V. Ex.^a tem que respeitar! Eu estou respeitando. O que eu fiz desde o início foi isso, Excelência.

Então, Sr. Presidente, foi isso que aconteceu. E não estou dizendo a V. Ex.^a que não vai acontecer a audiência. Vai! Só não vai ser amanhã porque eu recebi hoje. Já tinha mandado o convite para o Ministério Público, para todos os órgãos para estarem presentes. Porque além do caso que está sendo feito lá ser um caso eminentemente político, jamais eu iria... Não era justo ter uma audiência pública e só ouvir um lado. Tem que ouvir os dois. V. Ex.^a está trazendo um tema que foi do início do seu governo. Foi no seu governo, fruto do seu governo.

Com a palavra, a deputada Kátia.

A Sr.^a Kátia Oliveira: Sr. Presidente, deputado Arimateia, que está na tribuna, agradeço por ter me dado o aparte. Eu pedi o aparte, Sr. Presidente, porque fui citada. O deputado Eduardo Alencar, ex-prefeito da cidade de Simões Filho, disse no seu pronunciamento que houve uma audiência pública lá, na Câmara de Vereadores, e que eu presidi.

Eu queria dizer o que todos já sabem, que isso é uma inverdade. É uma inverdade. O deputado José de Arimateia esclareceu muito bem o que aconteceu. Todos tiveram direito à fala. E eu não lembro, aliás, eu tenho certeza de que não tinha policial nenhum, nem ninguém ameaçando o deputado Eduardo Alencar ou qualquer deputado que ali estivesse. Nem ameaçando a integridade física de ninguém. Quem estava lá viu.

O que houve foi um discurso acalorado. Por que, senhoras e senhores? Porque o deputado Eduardo Alencar quis tirar da sua responsabilidade uma atribuição que foi dele, enquanto prefeito, enquanto gestor daquela cidade. Ele deu o termo de anuência e a licença ambiental para a Naturalle. Mas o que estamos discutindo é o descarte de inerte, que é o que essa empresa foi autorizada – inclusive pelo Eduardo Alencar, à época prefeito – a operar naquela cidade. E é isso que está sendo feito. Está operando lá há um mês, e a prefeitura, através dos órgãos fiscalizadores, está fiscalizando para que, realmente, seja feito dessa forma, descarte de inerte.

Então, eu quero dizer que o prefeito da cidade de Simões Filho e a deputada Kátia Oliveira não têm interesse nenhum de que não houvesse a audiência pública, pelo contrário. Liguei, agora à tarde, para o deputado José de Arimateia para saber da audiência, como é que seria. Foi quando fui informada de que essa audiência foi adiada. Ele recebeu ofícios de alguns deputados solicitando que adiasse, e justificaram. Não tenho motivo para não estar nessa audiência. Pelo contrário, até gostaria que tivesse, para que as coisas fossem esclarecidas, mais ainda do que já estão. O termo de anuência foi dado para o Sr. Eduardo Alencar, à época em que foi prefeito, e, também, a licença ambiental.

Eu não quero aqui fazer deste Parlamento, Sr. Presidente e demais colegas, uma disputa entre duas pessoas. Isso não existe. Nós estamos aqui para mudar a história da nossa Bahia, em especial, da cidade de Simões Filho. Não queremos ficar nos digladiando. Acho que não é o papel de estarmos aqui. Pedi a fala, deputado Arimateia, porque fui citada...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

... como se tivesse prescindido de uma audiência, o que não é verdade.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Pois é.

Então, para concluir, deputado Eduardo Alencar...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Veiga): Pela ordem, deputado José de Arimateia.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Pois, não.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Veiga): De acordo com o Regimento Interno, ou V. Ex.^a dá o aparte a todos que estão inscritos, ou não dá a nenhum.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Eu dou o aparte a ele.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Veiga): O senhor é obrigado a dar o aparte ao deputado Eduardo Alencar.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr. Presidente, deixe só eu concluir.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem, Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Veiga): O tempo está encerrado.

(Não foi revisto pelo orador nem pela aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Veiga): Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria, ou ao Líder do PSD para falar ou indicar orador, pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, eu vou fazer algo aqui. Já que o deputado Eduardo Alencar foi citado, eu fiz um acordo para a gente dispensar os tempos. E aconteceu um fato que não poderia. O deputado Eduardo tinha pedido um tempo, e o deputado não deveria ter dado a outro, já que não deu a ele.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

Não, O.k. Não. Pediu. Mas, olha bem, independentemente, vou dar ao deputado Eduardo 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Veiga): Com a palavra o deputado Eduardo Alencar, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. EDUARDO ALENCAR: Srs. Deputados, meu querido Líder Targino, em primeiro lugar, eu gostaria de pedir aos colegas que deixem a discussão de lado.

Eu só gostaria de esclarecer alguns fatos que, talvez, na audiência pública esclarecesse com mais oportunidade. Deve haver essa audiência em outro momento, em um momento que, talvez, não seja tão importante para esclarecer. Mas o deputado José de Arimateia não falou nenhuma inverdade. Apenas, deputado, não concordou comigo quando eu disse que quem estava presidindo a sessão, aquele circo na Câmara de Vereadores, era a deputada Kátia Oliveira. Onde estavam apenas eu, o vereador Sandro Moreira, Laércio Valentim e mais uma pessoa, e a imprensa toda, que eu não podia nem me mexer. Viravam com aqueles celulares, microfones, filmando, gravando, o que era de interesse da gestão.

Eu me senti em uma situação difícil, porque era um momento tenso, de agressões, de discussões. Praticamente discutindo o projeto, de quem era o pai da criança. E não nego, não, de forma alguma. Qualquer empresa que quer ser instalada no município de Simões Filho dava entrada no projeto, era analisado pelas secretarias competentes e dava continuidade. E essa empresa deu entrada no município de Simões Filho na minha administração, passou um ano sendo analisada. Em dezembro, teve a concessão da licença ambiental e deixou o projeto pronto para que a administração atual tomasse conhecimento do projeto e desse ou não continuidade àquele trabalho. E assim foi feito. Deixei pronto, com a licença ambiental, para que a administração atual tomasse conhecimento, analisasse o projeto e visse se é do interesse ou não do município de Simões Filho dar continuidade naquele projeto. E assim eles fizeram.

Só que eles tomaram posse no dia 1º de janeiro. Antes do final do mês, dia 31 de janeiro, já tinha dado a ordem de serviço, o alvará de construção da empresa. E, quando veio a ordem de construção da empresa, a própria empresa deu entrada no alvará no Inema pedindo a liberação do aterro sanitário, que não tinha dado entrada na minha administração. A administração atual é que tinha que dizer se queria ou não aquele aterro sanitário e aterro de resíduos sólidos no município de Simões Filho. Mas, não, o que foi que fizeram? Transferiram para mim a responsabilidade dizendo que eu que tinha dado todos os alvarás referentes à implantação dessa empresa no município de Simões Filho. Mentira, mentira! E isso ia ser esclarecido amanhã na audiência pública.

Mas Deus me iluminou, eu sou uma pessoa iluminada, sou do bem, e me deu a sorte de estar naquele dia na Câmara de Vereadores o deputado Hilton Coelho, que chegou logo em seguida e que foi quem conseguiu acalmar os nervos das pessoas que estavam participando da discussão, que estavam dentro da Câmara de Vereadores. Onde estavam presentes a deputada Kátia Oliveira, presidindo a sessão dentro da Câmara, sentada, eu e o deputado José de Arimateia em pé. E ela presidindo e a discussão em paralelo em todo o setor. Discussão semelhante á que houve na visita do governador em Simões Filho, quando foi dar a ordem de serviço da Policlínica.

Então é essa a nossa reclamação. E tomei conhecimento com surpresa hoje, deputado José de Arimateia, que foi cancelada a audiência pública amanhã, tudo bem...

(Intervenção fora do microfone)

O Sr. EDUARDO ALENCAR: Para amanhã deputado, para amanhã, me ouça! Para amanhã, não tem problema nenhum. Deputado, eu recebi um ofício de V. Ex.^a cancelando a audiência de amanhã, a de amanhã, Deputado! Está aqui em minhas mãos foi V. Ex.^a que mandou para mim. Não foi eu quem mandou. Não tem problema nenhum para mim. A minha reclamação é que eu devia ter sido avisado com antecedência para falar com as pessoas que estavam envolvidas no processo que não viessem, que não estivessem presentes aqui amanhã.

Então nessa discussão que estamos tendo, aqui hoje, estou relatando um fato verídico, verídico que está gravado e filmado lá na Câmara de Vereadores. Está lá gravado e esse vídeo foi espalhado em toda imprensa de Simões Filho e não chegou ao conhecimento de todos aqui, mas posso trazer aqui e divulgar i...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Veiga): Encerrando, deputado.

O Sr. EDUARDO ALENCAR:(...) Eu gostaria de agradecer a oportunidade, Sr. Presidente, e dizer que muito obrigado por ter...

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Targino Machado: Pela ordem, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Veiga): Pela ordem, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Eu quero, em linguagem clara, Sr. Presidente, fazer algumas observações. Sem a preocupação de agradar ou desagradar ninguém, aqui eu quero agradar o Parlamento. Então, a primeira coisa que eu preciso fazer, com a devida vênia, Sr. Presidente, é que coloque para ter assento na Mesa alguém que seja da Mesa. Veja aí, vamos ver quem é da Mesa, vamos colocar para presidir a sessão.

Segundo deputada Fabíola, V. Ex.^a que é uma defensora da aprovação dos projetos como eu, como tantos outros, dos projetos de autoria dos deputados estaduais. Nós estamos aqui hoje, num momento ímpar, singular, deputado Rosemberg, fruto de muita conversa entre o Líder do Governo, o Líder da Oposição e o presidente da Casa. Estamos inaugurando na Assembleia um momento novo, um momento novo para fazer a Assembleia voltar a ter no presente o protagonismo da cena política na Bahia, que nós já perdemos há muito tempo para a Câmara de Vereadores de Salvador.

Mesmo assim os deputados, por não estarem formulando bem política estão trazendo para esta Casa problemas, questiúnculas municipais, municipais. Não quero mandar no mandato de ninguém, mas quero proteger, quero blindar, blindar o Parlamento estadual. Por isso, Excelência é que eu quero encarecer em voz alta, falando de forma a soletrar as palavras...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Veiga): Deputado Targino.

O Sr. Targino Machado: (...) encarecer as S. Ex.^{as} os deputados...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Veiga): Deputado Targino, deputado Targino.

O Sr. Targino Machado: (...) os deputados, o seguinte: Não vale, Sr. Presidente Nelson Leal, que aqui chega no plenário agora, talvez não vá valer de nada o esforço que estamos empreendendo, eu, V. Ex.^a e o deputado Rosemberg, no sentido de resgatar a aprovação de projetos nesta Casa, porque a imprensa amanhã não vai dar uma palavra a respeito disso. A imprensa, amanhã, vai estampar as manchetes das brigas intestinas dos deputados nesta Casa.

Em questão de ordem, deputado, eu não posso dar aparte. Então, eu gostaria, deputado Tom, que fosse restabelecida a ordem neste plenário, e que as questões de comissões ficassem restritas às comissões, as brigas municipais ficassem restritas às Câmara de Vereadores.

Vamos trabalhar pela Bahia e pelos baianos, acima de tudo, com respeito ao decoro nesta Casa, acima de tudo, com o respeito aquilo que é mais importante do que o deputado Nelson Leal, mais importante do que o deputado Tom Araújo, que ora preside a sessão, mais importante do que Rosemberg Pinto ou Targino Machado, que é o Parlamento da Bahia.

A minha preocupação não é com o deputado José de Arimateia, com o deputado Alencar ou com a deputada Kátia, porque todos nós vamos passar. A minha preocupação é com o Poder Legislativo. Precisamos tomar juízo.

Quando a gente aqui, os mais antigos, os mais velhos, vão lá e pedem para abortar essas brigas, os companheiros não aceitam. Por isso que eu me vi obrigado, através de questão de ordem, a fazer essas colocações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo): Deputado Targino, o deputado José de Arimateia, que é presidente da Comissão de Meio Ambiente, fez um requerimento de questão de ordem, principalmente por um questionamento que foi feito com relação à audiência pública que seria realizada amanhã para tratar do tema Simões Filho.

Acho que ele, como presidente da Comissão... Deve ser respeitada a questão de ordem do presidente da Comissão, deputado José de Arimateia, que vai esclarecer os motivos que estão fazendo com que a reunião amanhã venha a não acontecer.

Está concedida ao deputado José de Arimateia a questão de ordem.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Vai ter que dar também a ele, vai ter que dar também ao outro....

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo): O deputado José de Arimateia pediu...

O Sr. Targino Machado: Com a devida vênica, Excelência, eu não quis colocar, aqui, falar como comunicação inadiável. Deveria ter feito assim, seria muito mais apropriado, mas fiz em questão de ordem para limitar o meu tempo em 5 minutos.

Não acho prudente estarmos aqui, agora, lavando interesses que não são interesses legislativos através de questão de ordem, senão, vamos interromper a votação e deixar para votar amanhã.

E se for para continuar assim, eu retiro minha assinatura das dispensas de formalidades.

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo): Deputado José de Arimateia...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, o senhor vai ter que dar também ao deputado Eduardo Alencar.

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo): Líder, líder. Foi concedido por esta presidência...

O Sr. Targino Machado: Então, vamos suspender a sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo): (...) a questão de ordem ao deputado José de Arimateia.

O Sr. Targino Machado: Não. Sr. Presidente, para tratar de que dispositivo regimental? Não vamos aqui, agora, também rasgar o nosso manual de instruções. Está errado! Está errado, Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo): Tenho total respeito por V. Ex.^a. O deputado José de Arimateia pediu questão de ordem, assim como o deputado Eduardo Alencar...

O Sr. Targino Machado: Para tratar de que assunto, Excelência?

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo): Se os dois retirarem o pedido de questão de ordem, está retirado. V. Ex.^a retira o pedido de questão de ordem?

O Sr. José de Arimateia: Retiro.

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo): V. Ex.^a retira o pedido de questão de ordem?

O Sr. Eduardo Alencar: Retiro.

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo): Pronto. Vou passar a presidência ao deputado Nelson Leal.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar PSL/PRB/MDB para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, nós fizemos um acordo, dispensar todos os tempos aqui, liderança da Maioria e da Minoria, e ir para a Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com o acordo que acaba de ser comunicado das lideranças da Maioria e Minoria, entramos direto na Ordem do Dia.

O primeiro projeto que nós vamos analisar hoje é o Projeto de Lei nº 23.284/2019, de autoria do deputado Targino Machado, que dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de sinais sonoros para os pedestres em todos os semáforos do estado da Bahia.

Faltam os pareceres das comissões: Constituição e Justiça; Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo; Direitos Humanos e Segurança Pública; Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Serviço Público; Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Designo para relatar o deputado Vítor Bonfim.

O Sr. VITOR BONFIM: Parecer ao Projeto de Lei nº 23.284, de autoria do deputado Targino Machado.

O presente projeto de lei, Sr. Presidente, é legal e constitucional. É o parecer
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Em votação no âmbito das comissões o parecer do deputado Vítor Bonfim.

Os Srs. Deputados, que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

Em primeira discussão e votação no plenário o Projeto de Lei nº 23.284/2019.

Os Srs. Deputados, que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

PROJETO DE LEI N.º 23.284/2019

Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de sinais sonoros para os pedestres em todos os semáforos no Estado da Bahia.

AASEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - Fica obrigado a instalação de sinais sonoros para os pedestres em todos os semáforos no Estado da Bahia.

Parágrafo único: Todos os semáforos terão que alterar seus sinais sonoros nos últimos 10 segundos antes de serem fechados, facilitando a travessia com segurança do cidadão com deficiência visual.

Art. 2º - O Poder Executivo editará as normas regulamentares necessárias ao cumprimento desta Lei.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 6 de maio de 2019.

Deputado Targino Machado

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Aprovado. Vai para sanção do Sr. Governador.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Sr. Presidente, eu louvo também, como todos os deputados, a importância dos projetos de autoria dos parlamentares. Mas a minha preocupação, Sr. Presidente, é que efetivamente, como presidente da CCJ, eu não tenho manifestado a minha opinião, mas a minha preocupação continua. É que muitos

projetos não têm a eficácia, são projetos genéricos e projetos que vão ferir a autonomia dos municípios.

Com todo respeito, esse projeto que acabamos de votar aqui, e eu votei a favor, impõe a colocação de semáforos em todo o estado da Bahia. Ora, isso vai colocar o problema onde o trânsito é municipalizado, que é competência do município, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Salvador. A pergunta é: qual é a eficácia dessa lei?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem o deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, na verdade eu não entendi muito bem a questão de ordem do deputado Zé Raimundo, porque ele começou a falar, com todo respeito que eu tenho, deputado, que votou a favor do projeto e que ele entendia, como presidente da CCJ, que o projeto é inconstitucional.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Como presidente, não. Não invente, não. Eu não me manifesto em nenhuma matéria na CCJ. A minha observação...

O Sr. Alan Sanches: Mas V. Ex.^a votou a favor.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Votei aqui agora, claro. Votei aqui agora para mostrar as nossas contradições, para mostrar a nossa agonia, esse desejo de aprovar, aprovar, aprovar. E que esse projeto é semáforo em toda Bahia. A pergunta que eu faço a V. Ex.^a é: vai obrigar a botar semáforo em Salvador? Vai obrigar a botar semáforo em Feira de Santana, deputado? E eu voto a favor mesmo para criar contradição.

O Sr. Marquinho Viana: Pela ordem.

O Sr. Alan Sanches: Eu só acho, presidente, que nós precisamos, sim, fazer avaliação dos projetos de iniciativa dos deputados. E se porventura o governo do estado não concordar ou achar algum indício de inconstitucionalidade ele vai vetar e o projeto vai voltar para esta Casa. Mas nós precisamos, sim, avaliar e cada um vai votar com sua consciência ou pelo entendimento sim ou não, mas corroboro do seu entendimento, viu, Sr. Deputado Zé Raimundo.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem deputado Marquinho Viana.

O Sr. Marquinho Viana: Nobre presidente, eu ouvi atentamente aqui o presidente da Comissão, da CCJ, Zé Raimundo, falar. E esta Casa aqui, nada contra o projeto de Targino, mas esta Casa não pode agir com dois pesos e duas medidas. Esse projeto também tem custos. Então quem vai arcar com os custos? O governo do estado que vai arcar? É inconstitucional. Então estou dizendo que nos próximos projetos, que pode ter algum nosso aí, às vezes cai direto na comissão e vem para aqui. Então nós temos esse problema aí de dois pesos e duas medidas. Como o projeto foi votado aqui “permaneçam como se encontram” eu também votei, mas acho que esta Casa, às vezes, entra em contradição. Essa é a preocupação que eu tenho aqui nesta Casa.

O Sr. Targino Machado: Pela ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem o deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, acho que as pessoas estão se manifestando sem conhecimento de causa. Esse projeto que já foi aprovado por

unanimidade na Casa, visa instalar sinais sonoros em todos os semáforos da Bahia, isso sem custo nenhum para o Estado, porque a administração dos semáforos é dos municípios. Pronto.

E mesmo que se arguisse a preliminar de inconstitucionalidade, isso é lá no colegiado de 8 membros, que este plenário de 63 deputados é soberano. O art. 84 do Regimento, em seu parágrafo 4º, até que não se mude isso, diz que a requerimento dirigido ao Sr. Presidente, de qualquer membro, qualquer dos deputados, ou de comissão, ele será trazido para a Ordem do Dia e assim deferiu V. Ex.^a, e o projeto foi votado. Agora ser atribuído aqui que o projeto é inconstitucional pelo nobre jurisconsulto deputado Zé Raimundo e pelo nobre e meu amigo deputado Marquinho Viana eu acho isso uma ignomínia, não é?

Não é crível, não é crível que estejamos aqui trabalhando para trazer produção legislativa para a Casa e ainda exista deputado se preocupando se vai ter 1000 projetos na Ordem do Dia. Não é problema se vai ter 1000, se vai ter 2000. Quanto mais tiver, melhor. E eu sei que este é o pensamento do deputado Nelson Leal, é o meu pensamento e é o pensamento do Líder do Governo. Nós precisamos é trabalhar. Quem está ajoelhado tem que trabalhar, quem está no quartel tem que estar preparado para ir para guerra, e eu estou aqui preparado para ir para a guerra. Que venham mais projetos.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado... Deputados, no plural, eu queria dizer que, inclusive, o projeto do deputado Targino é um projeto muito interessante. E quando nós temos oportunidade de ir ao exterior sempre vemos que nos semáforos tem o sinal sonoro, justamente para os deficientes visuais se orientarem na hora de atravessar as avenidas.

Eu quero dizer a V. Ex.^{as} que nós agora vamos votar o Projeto de Lei nº 23.340/2019, de procedência do Poder Executivo, que institui o Fundo Estadual do Trabalho do Estado da Bahia, Fet – Ba, e dá outras providências. Faltam os pareceres das comissões: Constituição e Justiça; Infraestrutura; Desenvolvimento Econômico e Turismo; Defesa do Consumidor e Relações do Trabalho; Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Serviços Públicos; Finanças e Orçamentos, Fiscalização e Controle.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Designo como relator o deputado Bobô.

O Sr. BOBÔ: Sr. Presidente, (Lê): “*Parecer*

Das Comissões de Constituição e Justiça, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 23.340/2019, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘Institui o Fundo Estadual do Trabalho do Estado da Bahia – FET/BA, e dá outras providências.’

A proposição que ora venho relatar, de autoria do Poder Executivo, destina-se a instituir o Fundo Estadual do Trabalho do Estado da Bahia – FET/BA, com o objetivo de ‘dar suporte à execução das ações e serviços, bem como atendimento, apoio técnico e financeiro, relativos à Política Estadual de Trabalho, Emprego e Renda, em regime de financiamento compartilhado, no âmbito do Sistema Nacional de Emprego – SINE’, conforme registra o Sr. Governador na Mensagem encaminhada à Assembleia

Legislativa, na qual relata ainda que a proposta vem atender “ao disposto na Lei Federal nº 13.667, de 17 de maio de 2018.”

A referida Lei Federal autoriza os Estados a aderirem ao SINE, estabelecendo ainda, em seu art. 12, que estes ‘deverão instituir fundos do trabalho próprios para financiamento e transferências automáticas de recursos no âmbito do Sistema, observada a regulamentação do Codefat.’

O FET/BA será vinculado à secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, ‘sendo orientado, fiscalizado e controlado pelo Conselho Estadual Tripartite e Paritário de Trabalho e Renda – CETER, cabendo à SETRE prestar suportes técnico e administrativo para o exercício das atividades de programação e orçamentação das ações governamentais a serem financiadas com os recursos do Fundo’, segundo prevê o parágrafo único do art. 1º do projeto.

O CETER-Bahia foi criado em 1995, constituindo-se em órgão colegiado superior, de caráter permanente, que ‘tem por finalidade deliberar sobre a implementação de Políticas Públicas do SINE, no âmbito do Estado da Bahia, bem como orientar, controlar e fiscalizar os recursos do FET/BA’ (art. 12 do PL).

Ao CETER compete, entre outras atribuições: deliberar e definir acerca da Política Pública do SINE; apreciar e aprovar o plano de ações e serviços do SINE; aprovar seu Regimento Interno; exercer a fiscalização dos recursos financeiros destinados ao SINE; e apreciar e aprovar relatório de gestão anual e prestação de contas.

Constituirão recursos do Fundo aqueles provenientes do FAT, conforme art. 11 da referida Lei Federal nº 13.667/2018, as dotações específicas consignadas na Lei Orçamentária Anual ou em seus créditos adicionais, as decorrentes de rendimentos de aplicações dos recursos alocados ao Fundo, as provenientes de convênios, contratos ou acordos firmados com entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, as doações, auxílios, contribuições, legados e outros recursos que lhe sejam destinados.

A proposição não recebeu emendas, e considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, bem como pela inexistência de quaisquer restrições quanto ao mérito, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 11 de junho de 2019. “

O parecer das Comissões é constitucional e eu espero... e quero até agradecer essa oportunidade de estar lendo esse parecer porque eu considero muito importante esse Fundo e, sobretudo, quando se trata de trabalhador, não é? E é muito importante.

Portanto, a proposição não recebeu emendas e considerando que se encontra em conformidade com as disposições constitucionais legais, bem como pela inexistência de quaisquer restrições quanto ao mérito, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo. É o parecer, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Em votação no âmbito das Comissões o parecer do deputado Bobô. Srs. Deputados, que o aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

No plenário agora. Em votação o Projeto de Lei 23.340/2019 de procedência do Poder Executivo. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como...

PROJETO DE LEI Nº 23.340/2019

Institui o Fundo Estadual do Trabalho do Estado da Bahia - FET/BA, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica instituído o Fundo Estadual do Trabalho do Estado da Bahia - FET/BA, para atendimento ao disposto no art. 12 da Lei Federal nº 13.667, de 17 de maio de 2018, de natureza contábil-financeira, com a finalidade de destinar recursos para execução das ações e serviços, bem como atendimento, apoio técnico e financeiro, relativos à Política Estadual de Trabalho, Emprego e Renda em regime de financiamento compartilhado, no âmbito do Sistema Nacional de Emprego - SINE no Estado da Bahia, nos termos da referida Lei Federal e legislação complementar vigente.

Parágrafo único - O FET/BA é vinculado à Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte - SETRE, sendo orientado, fiscalizado e controlado pelo **Conselho Estadual Tripartite e Paritário de Trabalho e Renda - CETER**, cabendo à SETRE prestar os suportes técnicos e administrativo para o exercício das atividades de programação e orçamentação das ações governamentais a serem financiadas com os recursos do Fundo.

Art. 2º - Constituem recursos do FET/BA:

I - os provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, conforme art. 11 da Lei Federal nº 13.667, de 17 de maio de 2018;

II - dotações específicas consignadas na Lei Orçamentária Anual ou em seus créditos adicionais;

III - as decorrentes de rendimentos de aplicação dos recursos alocados no FET/BA;

IV - os provenientes de convênios, contratos ou acordos firmados com órgãos ou entidades públicas ou privadas, nacionais e estrangeiras;

V - doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;

VI - *outros recursos que lhe foram destinados, seja por força de Lei ou provenientes por sentenças judiciais que revertam ao FET/BA o produto da arrecadação de multas, inclusive juros de mora e amortização.*

Art. 3º - O FET/BA terá escrituração contábil própria que deverá ser realizada com a identificação individualizada das fontes de recursos.

Art. 4º - Serão prestadas contas das aplicações dos recursos do FET/BA ao Tribunal de Contas do Estado, nos prazos previstos na legislação pertinente.

Art. 5º - Os recursos financeiros destinados ao FET/BA serão depositados, obrigatoriamente, em conta específica de titularidade do FET/BA, mantida em agência de estabelecimento bancário oficial, e movimentados pela SETRE, com a devida fiscalização do **CETER** e integrarão o Sistema de Caixa Único do Estado.

Art. 6º - O saldo financeiro do FET/BA, apurado em balanço em cada exercício financeiro, será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo Fundo.

Art. 7º - O orçamento do FET/BA integrará o orçamento da SETRE, órgão ao qual se vincula.

Art. 8º - Os recursos do FET/BA serão aplicados atendendo à finalidade a que se destina, em:

I - financiamento do SINE, organização, implementação, manutenção, modernização e gestão da rede de atendimento do SINE no Estado da Bahia;

II - financiamento total ou parcial de programas, projetos, ações e atividades previstas no Plano Estadual de Ações e Serviços, pactuado no âmbito do SINE;

III - fomento ao trabalho, emprego e renda, por meio das ações previstas no art. 8º, e, nos termos do art. 6º, ambos da Lei Federal nº 13.667, de 17 de maio de 2018, sem prejuízo de outras que lhes sejam atribuídas pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODETAF:

- a) habilitar o trabalhador à percepção de seguro-desemprego;
- b) intermediar o aproveitamento da mão de obra;
- c) cadastrar os trabalhadores desempregados em sistema informatizado acessível ao conjunto das unidades do SINE;
- d) prestar apoio à certificação profissional;
- e) promover a orientação e a qualificação profissional;
- f) prestar assistência a trabalhadores resgatados de situação análoga à de escravo;
- g) fomentar o empreendedorismo, o crédito para a geração de trabalho, emprego e renda, o microcrédito produtivo orientado e o assessoramento técnico ao trabalho autônomo, autogestionário ou associado.

IV - pagamento das despesas com o funcionamento do **CETER**, envolvendo custeio, manutenção e pagamento das despesas conexas aos objetivos do Fundo, exceto as de pessoal;

V - pagamento pela prestação de serviços às entidades conveniadas, públicas ou privadas, para a execução de programas e projetos específicos na área do trabalho;

VI - pagamento de subsídio à pessoa física beneficiária de programa ou projeto da Política Pública de Trabalho, Emprego e Renda;

VII - aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos e serviços necessários ao desenvolvimento dos programas e projetos;

VIII - reforma, ampliação, aquisição, ou locação de imóveis para prestação de serviços de atendimento ao trabalhador;

IX - planejamento, administração e controle das ações e serviços no âmbito da Política Estadual de Trabalho, Emprego e Renda, bem como aperfeiçoamento e desenvolvimento dos respectivos instrumentos de gestão;

X - custeio, manutenção e pagamento das despesas conexas aos objetivos do FET/BA, no desenvolvimento de ações, serviços e programas afetos ao SINE;

XI - financiamento de ações, programas e projetos previstos nos Planos Municipais de Ações e Serviços da área trabalho.

Parágrafo único - A aplicação dos recursos do FET/BA depende de prévia aprovação do **CETER**, respeitada a sua destinação a consecução das finalidades estabelecidas neste artigo.

Art. 9º - O Estado, através do FET/BA, poderá efetuar repasses financeiros aos Fundos Municipais de Trabalho, mediante transferências automáticas fundo a fundo, bem como a outras instituições por meio de convênios ou instrumentos similares, atendendo a condições aprovadas pelo **CETER**.

§ 1º - É condição, para o recebimento dos repasses referidos no *caput* deste artigo, a efetiva instituição e funcionamento nos Municípios de:

I - Conselho Municipal de Trabalho, Emprego e Renda de composição tripartite e paritária entre poder público, trabalhadores e empregadores;

II - Fundo Municipal de Trabalho, sob orientação e controle dos respectivos Conselhos Municipais de Trabalho Emprego e Renda;

III - Plano de Ações e Serviços do SINE.

§ 2º - Constitui ainda, condição para a transferência de recursos aos Fundos Municipais do Trabalho, a comprovação orçamentária da existência de recursos próprios destinados à área do trabalho e alocados aos respectivos fundos, adicionados aos recebidos de transferência de outras esferas que aderirem ao SINE.

§ 3º - A contabilidade dos Fundos Municipais do Trabalho deverá ser realizada com identificação individualizada dos recursos na escrituração das contas públicas.

§ 4º - A forma de comprovação da devida execução dos recursos transferidos pela sistemática fundo a fundo poderá utilizar sistemas informatizados, sendo que seu formato e metodologia deverão ser estabelecidos em regulamento.

Art. 10 - O FET/BA será gerido pela SETRE, sob a fiscalização do **CETER**, cabendo ao Secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte a ordenação de despesas, com competência para:

I - efetuar os pagamentos e transferências dos recursos por meio da emissão dos instrumentos de execução da despesa disciplinados em normativos vigentes;

II - submeter à apreciação do **CETER** suas contas e relatórios de gestão que comprovem a execução das ações;

III - estimular a efetivação das receitas a que se refere o art. 2º desta Lei.

Parágrafo único - Nos casos de ausência ou impedimento, a delegação das atribuições previstas neste artigo será feita ao Superintendente de Desenvolvimento do Trabalho.

Art. 11 - A SETRE prestará contas anualmente ao **CETER**, sem prejuízo da demonstração da execução das ações ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT.

§ 1º - Sem prejuízo do acompanhamento, controle e fiscalização a serem exercidos pelo **CETER**, cabe à SETRE acompanhar a conformidade da aplicação dos recursos transferidos automaticamente à esfera municipal, podendo requisitar informações referentes à aplicação dos recursos transferidos, para fins de análise e acompanhamento de sua utilização.

§ 2º - Aos órgãos que receberem os recursos transferidos, cabe a responsabilidade pela correta utilização dos recursos de seu fundo do trabalho, bem como pelo controle e pelo acompanhamento dos programas, dos projetos, dos benefícios, das ações e dos serviços vinculados ao SINE, independentemente de ações do órgão repassador dos recursos e pela declaração anual ao ente responsável pela transferência automática, conforme estabelecido no § 1º deste artigo.

Art. 12 - O CETER, órgão colegiado superior, de caráter permanente, tem por finalidade deliberar sobre a implementação de Políticas Públicas do SINE, no âmbito do Estado da Bahia, bem como orientar, controlar e fiscalizar os recursos do FET/BA.

Art. 13 - Compete ao CETER:

I - deliberar e definir acerca da Política Pública do SINE, no âmbito do Estado da Bahia, em consonância com a Política Nacional de Trabalho, Emprego e Renda;

II - apreciar e aprovar o plano de ações e serviços do SINE, na forma estabelecida pelo CODEFAT, bem como a proposta orçamentária da Política Pública do SINE, e suas alterações, a ser encaminhada pela SETRE, responsável pela coordenação da Política de Trabalho, Emprego e Renda;

III - acompanhar, controlar e fiscalizar a execução da Política Pública do SINE, conforme normas e regulamentos estabelecidos pelo CODEFAT e pelo Ministério da Economia;

IV - orientar e controlar o FET/BA, incluindo sua gestão patrimonial, a recuperação de créditos e a alienação de bens e direitos;

V - aprovar seu Regimento Interno, observando-se os critérios definidos pelo CODEFAT;

VI - exercer a fiscalização dos recursos financeiros destinados ao SINE, depositados em conta especial de titularidade do FET/BA;

VII - apreciar e aprovar relatório de gestão anual que comprove a execução das ações do SINE quanto à utilização dos recursos federais descentralizados para o FET/BA;

VIII - aprovar a prestação de contas anual do FET/BA;

IX - baixar normas complementares necessárias à gestão do FET/BA;

X - deliberar sobre outros assuntos de interesse do FET/BA.

Art. 14 - Fica o Poder Executivo autorizado a promover as modificações orçamentárias que se fizerem necessárias em decorrência desta Lei.

Art. 15 - O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei, no que couber.

Art. 16 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. Targino Machado: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem o deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente,

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pois não, deputado.

O Sr. Targino Machado: Por favor, queira ler a ementa do Projeto porque eu não ouvi.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): É o que institui o fundo estadual do trabalho.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, o motivo da questão de ordem, é para dar ciência à Casa e à Bancada da Oposição que dispensamos as formalidades para esse projeto. E tendo em vista, deputado Alan, o dia de hoje que avançamos em passos largos, para resgatar uma dívida que a Assembleia tem com a sociedade, já de há muito tempo, estamos dando passos largos. Em função disso, presidente, é que deixarei de pedir, exigir, o quórum de votação. Entendeu, deputado!

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): O.k.

O Sr. Targino Machado: E encaminho, naturalmente, a bancada de oposição para votar favorável ao projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Parabéns deputado pela posição.

Então, os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado por unanimidade.

Agora, tem aqui um acordo firmado pelos Líderes do Bloco da Maioria e da Minoria com assento nesta Casa, que vêm, na forma regimental, requerer a dispensa das formalidades regimentais para que sejam apreciados de logo os seguintes projetos: Projeto de Lei 23.084/2019 do deputado Jacó Lula da Silva que dispõe sobre a obrigatoriedade de trios, camarotes, restaurantes, bares, boates, casa de shows, a fixarem placas ou similares, de forma legível e aparente ao público, da Lei nº13.718 como forma de combate a importunação sexual contra as mulheres.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Designo como relator o deputado Vitor Bonfim.

O Sr. VITOR BONFIM: Parecer ao Projeto de Lei nº 23.084/2019, de autoria do deputado Jacó Lula da Silva, que dispõe sobre a obrigatoriedade de trios, camarotes, restaurantes, bares, boates, casas de shows e congêneres afixarem placas ou similares de forma legível e aparente ao público da lei 13.718/2018, como forma de combater a importunação sexual contra as mulheres.

O projeto de lei, Sr. Presidente, é constitucional e legal.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Em votação no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados, que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

No plenário. Srs. Deputados, que aprovam o Projeto de Lei nº 23.084/2019, permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado por unanimidade.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 23.084/2018

Dispõe sobre a obrigatoriedade de trios, camarotes, restaurantes, bares, boates, casas de shows e congêneres, bem como de todos os meios de transporte intermunicipal, hidroviário, rodoviário e metroviário a afixarem placas ou similares de forma legível e aparente ao público, contendo a Lei 13.718/18, como forma de combater a importunação sexual contra mulheres e a indicação do *Disque 180*, para denúncia das violações praticadas.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a obrigatoriedade de trios, camarotes, restaurantes, bares, boates, casas de shows e congêneres, bem como de todos os meios de transporte intermunicipal, hidroviário, rodoviário e metroviário a afixarem placas ou similares, de forma legível e aparente ao público, contendo a Lei 13.718/18, como forma de combater a importunação sexual contra mulheres.

Parágrafo único – As placas a que se refere este artigo deverão conter ainda a indicação do *Disque 180* para denúncia das violações praticadas.

Art. 2º - O descumprimento desta Lei, implicará em multa, que será regulamentada pelo Poder Executivo e revertida para ações da SPM – Secretaria de Políticas para Mulheres.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 11 de junho de 2019.

Deputado Vitor Bonfim
Relator

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): O próximo é o Projeto de Lei nº 22.520/2017, de autoria do deputado Pedro Tavares, que dispõe sobre medidas de prevenção e combate ao abuso sexual contra as mulheres nos meios de transporte coletivo do estado da Bahia e dá outras providências.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Designo como relator o deputado Vitor Bonfim.

O Sr. VITOR BONFIM: Trata-se de parecer ao Projeto de Lei nº 22.520/2017, de autoria do deputado Pedro Tavares, que dispõe sobre medidas de prevenção e combate ao abuso sexual contra mulheres nos meios de transporte coletivo do estado da Bahia e dá outras providências.

O parecer é pela constitucionalidade e legalidade do presente projeto de lei, Sr. Presidente.

Salvo melhor juízo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Em votação nas comissões o Projeto de Lei nº 22.520/2017. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

No plenário. Em votação o Projeto de Lei nº 22.520/2017, de autoria do deputado Pedro Tavares. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado por unanimidade.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 22.520/2017

Dispõe sobre medidas de prevenção e combate ao abuso sexual contra mulheres nos meios de transporte coletivo do Estado da Bahia que indica, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - Os serviços de transporte coletivo intermunicipal de passageiros, prestados no âmbito do Estado da Bahia, deverão adotar campanhas afirmativas, educativas e preventivas sobre o abuso sexual e à violência contra a mulher, sofridos no interior dos transportes coletivos.

Parágrafo único - O disposto no *caput* deverá conter também o número da Polícia Militar (190) e da Central de Atendimento à Mulher (180).

Art. 2º - A campanha de que trata o artigo 1º, compreenderá a confecção de cartazes que deverão instruir as vítimas a guardarem informações que possibilitem a identificação do agressor, como horário, linha do ônibus intermunicipal, linha do metrô, roupa que o agressor estava usando e, se possível, características físicas.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que couber.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 11 de junho de 2019.

Deputado Vitor Bonfim
Relator

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Em votação o Projeto de Lei nº 23.111/2019, da deputada Ivana Bastos, dispõe sobre o atendimento por policiais do sexo feminino nas delegacias de polícia do estado da Bahia às mulheres vítimas de violência e dá outras providências.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Designo, como relator, o deputado Vitor Bonfim.

O Sr. VITOR BONFIM: Trata-se de parecer ao Projeto de Lei nº 23.111/2019, de autoria da deputada Ivana Bastos, que dispõe sobre o atendimento por policiais do sexo feminino nas delegacias de polícia do estado da Bahia às mulheres vítimas de violência e dá outras providências, Sr. Presidente.

Opino pela legalidade e constitucionalidade do presente projeto de lei.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Em votação no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

No plenário. Em votação o Projeto de Lei nº 23.111/2019, da deputada Ivana Bastos. Os Srs. Deputados, que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado por unanimidade.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 23.111/2019

Dispõe sobre o atendimento por policiais do sexo feminino nas Delegacias de Polícia do Estado da Bahia às mulheres vítimas de violência e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º – O atendimento às mulheres vítimas de violência e o respectivo procedimento específico, nos quais as circunstâncias do caso recomendam o atendimento especializado, será realizado por policial do sexo feminino em todas as Delegacias de Polícia do Estado da Bahia.

§ 1º – Para os fins previstos nesta Lei, também será exigida a presença e acompanhamento de no mínimo uma policial do sexo feminino aos chamados, atos, e diligências policiais externas, quando estiver expresso que o atendimento requerido se aplica a mulheres vítimas de violência ou em risco iminente de agressão.

§ 2º – Também será exigida a presença e acompanhamento de no mínimo uma policial do sexo feminino no encaminhamento da ofendida ao hospital ou posto de saúde e ao Instituto Médico Legal; no transporte da ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro quando houver risco de vida; quando necessário, para acompanhar a ofendida e assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência

ou do domicílio familiar; nos procedimentos relativos ao exame de corpo de delito da ofendida e de outros exames periciais necessários.

§ 3º – A observância da exigência prevista neste artigo poderá ser dispensada quando for constatada uma das seguintes circunstâncias:

I – não existir ainda dentro do contingente policial no município do estado policial do sexo feminino;

II – existir dentro do contingente policial no município do estado apenas uma policial do sexo feminino e a mesma estiver comprovadamente por ocasião de licenças, férias ou afastamentos previstos em lei ou regulamentos.

Art. 2º- As despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão suportadas por dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º - O Poder Executivo estadual regulamentará a presente Lei no que couber no prazo máximo de 90 dias contados da sua publicação.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 11 de junho de 2019.

Deputado Vitor Bonfim

Relator

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Em votação o Projeto de Resolução nº 2.747/2019, de autoria da deputada Neusa Cadore, acrescenta o art. 34b à Resolução 1.193, de 17 de janeiro de 1985, que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Para relatar, a deputada Ivana Bastos. (Pausa)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Eu vou tirar de pauta, porque está tendo um pequeno questionamento.

Projeto de Lei nº 21.471/2015, de autoria do deputado Eduardo Salles, que declara o charuto baiano como patrimônio cultural e imaterial do estado da Bahia.

Designo a deputada Ivana Bastos como relatora.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Designo a deputada Ivana Bastos como relatora do Projeto de Lei nº 21.471/2015.

A Sr.^a IVANA BASTOS: Projeto de Lei nº 21.471/2015, que declara o charuto baiano como patrimônio cultural e imaterial do estado da Bahia. É legal, é constitucional. Voto pela aprovação.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Zé Raimundo Lula: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Questão de ordem do deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Sr. Presidente, patrimônio material e cultural não é projeto de lei. Isso passa pelo IPHAN, tem normas próprias, só depois é que... Não é

projeto de lei que define se uma manifestação cultural é patrimônio material ou imaterial de um país ou de uma cultura. Pode ficar simbolicamente.

Modéstia à parte, quero dizer que eu tenho todos os livros publicados na Bahia sobre o samba de roda, sobre a capoeira, que são dois patrimônios materiais. O instituto é que pesquisa, que identifica, faz um acervo.

Como sociólogo e historiador estou apenas dando meu testemunho. É uma lei, pode ser aprovada, mas não tem nenhum valor, porque não vai ser levantado o acervo, não vai estar constituído o patrimônio e vai ficar um projeto geral. Vai ficar um projeto geral.

(O Sr. Eduardo Salles fala fora do microfone.)

O Sr. Zé Raimundo Lula: A mesma coisa eu falei. Mas a lei, querido, repare, não basta ser a lei, tem que ter a materialidade, a produção dos elementos que caracterizam aquela manifestação como material e imaterial, Sr. Presidente. Só estou colocando por uma questão de consciência.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, eu tenho conversado com o deputado Targino. E nós temos que entender aqui que nós apenas estamos dispensando a formalidade, mas qualquer projeto apresentado com divergência pode ser votado aqui, sem problema algum. E as pessoas votarem contrariamente, se quiserem.

Eu sugiro que, nesse caso específico, o deputado peça vista para fazermos um melhor aprofundamento dessa questão para evitar fazer esse debate aqui. Pede vista e a gente traz esse debate na próxima semana.

O Sr. Júnior Muniz: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem o deputado Júnior Muniz.

O Sr. Targino Machado: Pela ordem, Excelência.

O Sr. Júnior Muniz: Eu quero pedir vista desse projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a será atendido.

Em votação o Projeto de Lei nº 22.867/2018, do deputado Antônio Henrique, que “Denomina Clarice Fernandes Borges a unidade da UPA da cidade de Barreiras - Ba e dá outras providências.”

Designo como relator o deputado Vitor Bonfim.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Vitor Bonfim.

O Sr. VITOR BONFIM: Projeto de Lei do deputado Antônio Henrique Jr., de nº 22.867/2018, que “Denomina Clarice Fernandes Borges a unidade da UPA da cidade de Barreiras, do estado da Bahia e dá outras providências.”

Opino pela constitucionalidade e legalidade do presente projeto de lei, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Em votação no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados, que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Em votação no plenário. Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Lei nº 22.867/2018, do deputado Antônio Henrique Jr. permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado por unanimidade.

PROJETO DE LEI N.º 22.867/2018

Denomina Clarice Fernandes Borges a unidade da UPA da cidade de Barreiras - Ba e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - Fica denominada Clarice Fernandes Borges, a unidade da UPA da cidade de Barreiras - Ba.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Deputado Antônio Henrique Júnior

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Em votação o Projeto de Lei nº 21.310/2017, do deputado Bobó. “Tornar patrimônio cultural os campos de futebol de várzea em áreas públicas no âmbito do estado da Bahia.”

Designo como relator o deputado Vitor Bonfim.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Vitor Bonfim.

O Sr. VITOR BONFIM: Sr. Presidente, Parecer ao projeto de Lei nº 21.310 que torna patrimônio cultural os campos de futebol de várzea em áreas públicas no âmbito do estado da Bahia, de autoria...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): O relator não pode ser interrompido, deputado Rosemberg, deixe ele terminar, por favor.

O Sr. VITOR BONFIM: (...) de autoria do deputado Bobô.

Sr. Presidente, o Parecer é pela constitucionalidade e legalidade do presente projeto de lei.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Retirei a questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Em votação o Parecer do relator no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa)

Aprovado.

Em votação no plenário, o Projeto de Lei nº 21.310/2015 do deputado Bobô. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa)

Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 21.310/2015

**TORNAR PATRIMÔNIO CULTURAL OS
CAMPOS DE FUTEBOL DE VÁRZEA EM
ÁREAS PÚBLICAS, NO ÂMBITO DO ESTADO
DA BAHIA.**

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º – Torna Patrimônio Cultural os Campos de Futebol de Várzea em áreas públicas, no âmbito do Estado da Bahia.

Parágrafo único – Entende-se por Patrimônio Cultural os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. (Art. 216 da CF)

Art. 2º – Essa Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 3 de junho de 2015.

Deputado Bobô

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Projeto de Lei nº 22.909/2018 do deputado Tom Araújo, que dispõe sobre a campanha permanente de orientação à mulher acerca dos direitos quanto ao exercício da maternidade e seus desdobramentos nas unidades públicas e privadas de saúde do estado da Bahia e dá outras providências.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Designo como relator o deputado Vitor Bonfim.

O Sr. VITOR BONFIM: Parecer do Projeto de Lei nº 22.909/2018 de autoria do deputado Tom Araújo, que dispõe sobre a campanha permanente de orientação à mulher acerca dos direitos quanto ao exercício da maternidade e seus desdobramentos nas unidades públicas e privadas de saúde do estado da Bahia e dá outras providências.

O parecer é pela constitucionalidade e legalidade do presente projeto de lei, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Em votação o parecer do deputado Vítor Bonfim no âmbito das Comissões.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa)

Aprovado por unanimidade.

No plenário. Em votação o Projeto de Lei nº 22.909/2018 do deputado Tom Araújo.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa)

Aprovado por unanimidade.

PROJETO DE LEI N.º 22.909/2018

Dispõe sobre a campanha permanente de orientação à mulher acerca dos direitos quanto ao exercício da maternidade e seus desdobramentos nas unidades públicas e privadas de saúde do Estado da Bahia e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - As unidades públicas e privadas de saúde do Estado da Bahia devem desenvolver campanha permanente de orientação à mulher acerca dos direitos quanto ao exercício da maternidade.

Art. 2º - Toda e qualquer parturiente deverá ser submetida a consulta com assistente social ou psicólogo antes de receber a alta médica.

§ 1º - O profissional de assistência social deverá informar a parturiente de baixa renda a respeito dos programas de seguridade social.

§ 2º - Se presentes sinais de rejeição ou expressa manifestação de entrega da criança para adoção, o profissional de saúde deverá informar a possibilidade sigilosa e não constrangedora de entrega da criança a adoção previsto na Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 3º - Manifestada a vontade em entregar o nascituro ou a criança para adoção pela gestante ou parturiente, o profissional de assistência social ou da área de saúde deverá comunicar ao juízo competente para que adote as medidas necessárias.

§ 4º - Em qualquer caso, o(a) assistente social subscreverá, ao final da consulta, um relatório, que será afixado ao prontuário médico, com dados pormenorizados a respeito das condições emocionais e características sociais da parturiente.

Art. 3º - As unidades públicas e privadas de saúde do Estado da Bahia devem afixar placas informativas contendo os seguintes dizeres: “A ENTREGA DE FILHO PARA ADOÇÃO NÃO É CRIME. CASO VOCÊ QUEIRA FAZÊ-LA, OU

CONHEÇA ALGUÉM NESTA SITUAÇÃO, PROCURE A VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE. ALÉM DE LEGAL, O PROCEDIMENTO É SIGILOSO.”

Parágrafo único. As placas informativas previstas no caput deverão ser fixadas nas áreas de espera que permitam ampla visualização, contendo ainda endereço e telefone atualizados do Fórum da Comarca onde localizada a unidade de saúde, ou, quando existente vara especializada, da Vara da Infância e da Juventude competente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação
Sala das Sessões, 24 de julho de 2018.

Deputado Tom Araújo

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Em votação o Projeto de Lei nº 22.887/2018 do deputado Samuel Júnior, que proíbe a participação obrigatória em festas religiosas nas escolas do estado da Bahia e dá outras providências.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Designo como relator o deputado Vitor Bonfim.

O Sr. VITOR BONFIM: (Lê) “ *Parecer*

Da Comissão de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Direitos Humanos e Segurança Pública e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 22.887/2018, de autoria do deputado Samuel Júnior, o qual ‘Proíbe a participação obrigatória em festas religiosas nas escolas do Estado da Bahia e dá outras providências.

O projeto que ora venho relatar, é de autoria do Nobre Deputado Samuel Júnior, destina-se a vedar a participação obrigatória dos alunos em festividades religiosas do Estado da Bahia.

Trata-se de evitar constrangimentos a alunos que professam religião diferente daquela na qual se inserem a festividade, desobrigando-os de participarem de estar em festejos, bem como vedar a concessão de pontos para aqueles que participam, o que efetivamente lhes traria prejuízos.

Opino pela aprovação da matéria, considerando principalmente, a condição laica do Estado Brasileiro. No entanto, objetivando aprimorar a redação, apresento a seguinte emenda.

Emenda de relator:

A emenda e o art. 1º do Projeto de Lei nº 22.887/2018 passam a ter a seguinte redação:

Emenda: Veda o estabelecimento de obrigatoriedade de participação dos alunos em festejos religiosos nas unidades escolares do Estado da Bahia.

Art. 1º- É vedado obrigar a participação dos alunos nos festejos religiosos promovidos pelas unidades escolares do Estado da Bahia, abrangendo da pré-escola ao ensino médio.

Justificativa: trata-se de propor uma redação mais apropriada à ementa e ao art. 1º.

Ante o exposto, opino pela aprovação do projeto ora relatado, com as modificações introduzidas pela Emenda do Relator.

É o parecer, s.m.j.”

Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Júnior Muniz: Sr. Presidente, pela ordem...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem o deputado Júnior Muniz.

O Sr. Júnior Muniz: Quero aqui, presidente, parabenizar o deputado Samuel Júnior. Como representante da Igreja Internacional da Graça, eu aprovo o projeto do presidente, eu voto “sim”, ao nosso amigo Samuel Júnior.

O Sr. Adolfo Menezes: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem o deputado Adolfo Menezes.

O Sr. Adolfo Menezes: Sr. Presidente Nelson Leal, eu acho que esta Casa poderia tomar um pouco mais de cuidado na hora de votar esses projetos, porque a imprensa... como todos estão vendo aqui, a maioria não está sabendo nem o que está votando. Então, é justo que se vote projetos de deputados (...)

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, presidente.

O Sr. Adolfo Menezes: (...) que se vote projetos de deputados. Agora, dessa forma que está sendo votado aqui, no afogadilho, eu acho que não faz bem a esta Casa, porque são dezenas, eu acho que milhares de projetos para votar aí de qualquer forma, e a maioria não está sabendo nem o que está sendo votado. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem o deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Queria contraditar, em alguns momentos, o deputado Adolfo Menezes da seguinte forma: eu tive interesse em saber os oito projetos de iniciativa dos deputados que seriam votados, eu subi, realmente, eu dei uma olhada nos projetos.

Agora, eu queria deixar aqui, mais uma vez, uma sugestão para V. Ex.^a. Contribuindo com o deputado Líder, Targino Machado, que avocando o Art. 84 que diz que toda vez que ultrapassam os prazos das comissões poderá se solicitar o projeto para o plenário. Mas pensando também como o deputado Adolfo Menezes, eu acho que esta Casa poderia fazer uma comissão para que esses projetos solicitados fossem avaliados antes de virem aqui. Deputado Targino, deputado Rosemberg, eu acredito que a melhor forma, isso é uma opinião pessoal do deputado Alan Sanches, seria se pudéssemos fazer uma comissão e votar os projetos, esses projetos que necessitem vir para o plenário, mas essa comissão poderia fazer uma prévia, fazer uma avaliação prévia para que melhorasse o entendimento dos deputados, isso é uma opinião pessoal, para que possamos fazer essa avaliação e votar com mais segurança. Eu acho que não custa nada, caldo de galinha e prudência não fazem mal a ninguém

Eu acho que a gente pode formar uma comissão, que pode ser uma comissão não de deputados, mas da própria Procuradoria, para fazer apenas uma avaliação prévia, o próprio diretor do Legislativo também, o Geraldo, também podia fazer essa avaliação prévia para que a gente pudesse ter o conhecimento daqueles que são polêmicos ou não. Isso é uma opinião pessoal do meu entendimento para garantir sempre a lisura de todos os procedimentos nesta Casa.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem o deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Eu estava tirando aqui para dar continuidade à votação. Presidente, minha questão de ordem vai no seguinte sentido, esses projetos que nós apreciamos aqui, todos eles passaram na Comissão de Constituição e Justiça.

Eu quero aqui tirar a minha responsabilidade e do deputado Targino, porque chegaram às nossas mãos os projetos que passaram pela Comissão de Constituição e Justiça, e alguns deles já tramitaram em outra comissão...

O Sr. Zé Raimundo: Nem todos, nem todos, nobre deputado. Nem todos passaram.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não, nem todos. Eu só estou dizendo que o projeto veio com a validação da Comissão de Constituição e Justiça, o que foi um pré-requisito para que nós apreciássemos aqui no plenário. E é lógico que eu também me sinto entristecido por alguns projetos que eu entendo que não têm muita aplicabilidade, mas não é responsabilidade da liderança da Maioria nem da liderança da Minoria, é dos 63 deputados aqui.

E eu disse aqui, não se é obrigado a votar favoravelmente aos projetos. A minha obrigação como Líder é de fazer a dispensa de formalidade, porque passou na comissão e foi uma combinação que nós fizemos, eu estou cumprindo a combinação, mas cabe a cada deputado aqui votar a favor ou votar contra, se entender que o projeto não é um projeto que tenha interesse social.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Rosemberg, V. Ex.^a pode ter certeza de que quando nós quebramos os paradigmas, quebramos a praxe, acontecem situações pontuais como essa. E eu concordo com V. Ex.^a, os projetos estão aí, e obviamente cada deputado tem um pensamento a esse respeito. Se algum dos parlamentares achar que não deve votar, é só votar “não”. A gente precisa, inclusive, ter a cultura de aprovar e de reprovar, também, projetos de lei. Não é uma Casa homologatória, não, a gente pode recusar, a maioria pode reprovar. Então, eu acredito que é interessantíssimo esse novo debate e vamos continuar assim, nessa luta para votar, fazer o que nós estamos fazendo hoje, votar projetos dos deputados.

O Sr. Tiago Correia: Pela ordem, Sr. Presidente.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, o deputado Tiago Correia, depois, pela ordem, a deputada Fabíola Mansur.

O Sr. Tiago Correia: Sr. Presidente, já me dou por satisfeito pela colocação feita por V. Ex.^a, mas o que eu ia reforçar é justamente isso. Acho que o mérito dos projetos

de lei, cabe a cada deputado julgar. A constitucionalidade, não, é julgada na comissão, mas, com certeza, é difícil conseguir a unanimidade nesta Casa acerca do teor das matérias. Então, é claro que pode ter deputados que sejam contrários a alguns projetos que foram apresentados, mas não por isso vamos deixar de apreciar. Era mais para falar o que V. Ex.^a tinha acabado de colocar, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, deputada Fabíola Mansur.

A Sr.^a Fabíola Mansur: Sr. Presidente, lógico que nós temos total interesse em votar projetos originários de deputados e lógico que a CCJ define a legalidade, a constitucionalidade, mas é o formato do projeto. Nem sempre o mérito, aliás, não julga o mérito.

E é muito difícil, quando temos um quantitativo de projetos votados dessa forma, discutirmos mérito aqui na Casa. Por exemplo, eu quero me referir a dois projetos que tiveram distintos, diferentes resultados, um projeto que era o patrimônio imaterial, o charuto da Bahia, e o outro patrimônio imaterial, os campos de várzea, do deputado Bobô.

Obviamente, nenhum projeto passou pela Comissão de Educação e Cultura que discutiria o mérito e a formalidade dos patrimônios. Inclusive nós temos aqui, deputado Rosenberg, um pedido do Ipac e da Câmara de Patrimônio do Conselho Estadual de Cultura para que esta Casa evitasse declarar de forma direta patrimônio imaterial. Sei, porque tive um projeto aqui que coloquei nesta Casa, que foi o patrimônio imaterial dos vaqueiros de Curaçá, mas há um pedido da Câmara de Patrimônio, do Ipac, da Secretaria de Cultura para que a gente evite a patrimonialização sem passar pelo menos nos trâmites, discutindo o formato, pois tem uma série de coisas que precisam ser feitas.

Então, eu queria pedir que nós pudéssemos, no colégio de líderes, depois, não hoje, que os projetos já foram aprovados efetivamente, até eu votei, porque você vota por unanimidade, mas eu quero deixar aqui registrado que a gente está votando projetos que passaram na CCJ, sem ela ter julgado o mérito – isso, às vezes, é importante – e deixando de julgar, deixando de aprovar outros projetos que passaram.

Eu tenho um projeto aqui que vai ser votado amanhã, mas eu estou querendo fazer uma tese, presidente. Nós temos um projeto aqui que passou em quatro comissões, foi discutido o seu mérito...

O Sr. Targino Machado: Deputada Fabíola...

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Eu estou na minha questão de ordem, deputado.

O Sr. Targino Machado: V. Ex.^a pede e a gente faz um acordo e V. Ex.^a...

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Mas eu não estou me referindo a isso, deputado Targino. Eu estou me referindo a que muitas vezes a gente aprova por unanimidade...

O Sr. Targino Machado: Não, V. Ex.^a está fazendo de forma ilegal...

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: (...) Deputado Targino, eu estou na minha questão ...

O Sr. Targino Machado: (...) o juris espurniandi.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Não, eu não estou fazendo o juris espurniandi.

Eu estou me referindo ...

O Sr. Targino Machado: Eu já acatei, eu já acatei.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Deputado Targino, eu não estou falando do meu projeto. Eu estou falando do mérito dos projetos ...

O Sr. Targino Machado: O mérito dos projetos é com o deputado, excelência.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Deputado Targino, me permita a questão de ordem.

(...) para tramitar, que muitas vezes aqui nós votamos à unanimidade, porque também não conhecemos o teor. Eu estou apenas sugerindo que nós conheçamos mais profundamente o mérito dos projetos e citei exemplo de dois projetos, de patrimônio imaterial cultural dos campos de várzea de futebol e o outro dos charutos da Bahia. Há uma recomendação, por exemplo, do Ipac, do Conselho e das Câmaras de Patrimônio, que a gente, aqui na Assembleia, passe por um processo de patrimonialização. É a isso que eu me referia.

Portanto quanto ao questionamento que foi feito, pelo deputado Rosemberg, de que a gente precisa ter a rotina de votar a favor ou contra, muitas vezes a gente não sabe o mérito, porque não há tempo hábil.

Então eu quero pedir, presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Para concluir, deputada.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Para concluir, no meu tempo de 1 minuto e 38 segundos, porque é uma questão de ordem que eu estou fazendo, presidente, com a sua vênha. Eu quero pedir que a gente possa, no colégio de líderes, fazer um filtro também passando por alguma outra comissão, deputado Targino, deputado Rosemberg, para que a gente evite votação de projetos que a gente não conheça a matéria. É isso que eu queria fazer.

Eu, como deputada, tenho a prerrogativa de solicitar isso. Nós temos muitas matérias aqui votadas, umas aprovadas e outras retiradas, que não se conhece a matéria. Por exemplo, a instituição da Bancada Feminina foi retirada de pauta com razão, com razão, mas outros projetos deveriam ter sido retirados de pauta e tido pedido de vista e não foram. É preciso que esta Casa tenha responsabilidade de votar coisas importantes, sim, projetos de deputado, sim, mas precisamos ver o mérito das coisas para evitarmos votar coisas de que depois venhamos até a nos arrepender.

Eram essas as minhas considerações, presidente, obrigada.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, vamos ver tem dois projetos ainda?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputados, por favor, eu queria ler aqui para V. Ex.^{as} o Regimento Interno sobre questões de ordem: *“Consideram-se questões de ordem toda a dúvida levantada contra o Regimento Interno, sua interpretação direta ou relacionada com dispositivo constitucional ou legal.”* Nós estamos utilizando as questões de ordem para fazer o debate. Não tem condição de fazer essa situação, nós vamos passar a tarde inteira aqui em questões de ordem, mas nós estamos fazendo um debate político.

Nós estamos agora no processo de votação. Nós não podemos estar... se tem algum vício no projeto em discussão, tudo bem, mas nós não podemos utilizar o plenário desta Casa para ficar fazendo um debate que não tem nenhum tipo de envolvimento no meio de uma votação.

Eu vou dizer, comunicar a V. Ex.^{as} que eu não vou permitir esse tipo de debate. Nós temos os tempos regimentais, todo mundo pode pedir os apartes que forem desejados, mas vamos preservar as questões de ordem para as questões relativas ao Regimento ou a algum vício que esteja ocorrendo num determinado momento da votação.

Então, iremos aqui continuar a votação do Projeto de Lei nº 22.887/2018 do deputado Samuel Júnior. Já aprovamos nas comissões.

No plenário. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa)

Aprovado.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 22.887/2018

Veda o estabelecimento de obrigatoriedade de participação dos alunos nos festejos religiosos nas unidades escolares do Estado da Bahia.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - É vedado obrigar a participação dos alunos nos festejos religiosos promovidos pelas unidades escolares do Estado da Bahia, abrangendo da pré-escola ao ensino médio.

Art. 2º - Fica proibida a concessão de pontos por participação em festividades religiosas realizadas nas unidades de ensino.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 11 de junho de 2019.

Deputado Vitor Bonfim
Relator

O Sr. Júnior Muniz: Sr. Presidente, quero retirar o pedido de vistas do projeto do deputado Eduardo.

O Sr. Soldado Prisco: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. Rosenberg Lula Pinto: Sr. Presidente, só falta um projeto.

O Sr. Targino Machado: Desistir de vistas. Não tem isso no Regimento não.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): (Lê) “Os Líderes dos Blocos da Maioria e da Minoria Parlamentar, com assento nesta Casa, requerem a dispensa de todas as formalidades legais para que seja apreciado o Projeto de Resolução nº 2.629/2018, de autoria do deputado Fabrício Falcão, que concede a Medalha Dois de Julho à secretária de Educação do município de Licínio de Almeida, Sr.^a Karla Mychely Teles de Miranda.”

Lembrem que o voto é secreto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, eu estou preocupado com o quórum neste momento, porque nós vamos votar, o voto é secreto. Então, para ajudar nisso eu gostaria, deputado Fabrício, de fazer uma verificação para ver se a gente já tem a quantidade de deputados suficiente para evitar, obviamente, que o projeto seja colocado em apreciação e não tenha a quantidade de votos, porque se não tiver...

O Sr. Targino Machado: Pela ordem, Excelência.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: (...) nós votaremos na próxima semana para não prejudicar o projeto do deputado Fabrício.

O Sr. Targino Machado: Pela ordem, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Rosemberg, vamos só concluir a votação na comissão, quando nós entrarmos no plenário, antes de começar, V. Ex.^a pede o quórum de votação.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: O.k., combinado.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, deputado Targino.

O Sr. Targino Machado: Só para dar ciência a todos os deputados que, como foi por dispensa de formalidades, eu solicitaria, na hora da verificação de quórum, que a Bancada da Oposição pudesse ajudar o quórum.

O Sr. Fabrício Falcão: Questão de ordem, Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Muito bem, deputado Targino, bonita atitude. Designo, como relator, o deputado Vítor Bonfim.

Deputado Vítor Bonfim, um segundo. Antes de V. Ex.^a ler seu relatório, eu queria prorrogar a sessão por mais 30 minutos.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa)

Aprovado.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra, o deputado Vítor Bonfim, desculpe por interrompê-lo.

O Sr. VITOR BONFIM: (Lê) *“Parecer ao Projeto de Resolução nº 2.629/2018, de autoria do deputado Fabrício Falcão, que concede a Comenda Dois de Julho a secretária de educação do município de Licínio de Almeida, a Sr.^a Karla Mychely Teles de Miranda.”*

Opino pela constitucionalidade e legalidade do presente projeto de resolução, Sr. Presidente. É o parecer, salvo melhor juízo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Fabrício Falcão: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Em votação o parecer no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa)

Aprovado.

No plenário.

Pela ordem o deputado Rosemberg Pinto, depois o deputado Fabrício Falcão.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, eu queria pedir a todos os deputados e deputadas que viessem ao plenário. Eu vou pedir uma verificação de quórum para a votação, entendendo que esse é um projeto importante. A cidade de Licínio de Almeida é uma cidade que é conhecida nacionalmente pelo seu índice na educação. É o maior Ideb no ensino fundamental do estado da Bahia. Lá, não existe escola particular, todas as escolas do ensino fundamental são escolas públicas, escolas do município.

Então, é extremamente significativo premiar a cidade na pessoa da secretária de Educação. Por isso, eu gostaria que os deputados e as deputadas se fizessem presentes para essa verificação de quórum, para que a gente pudesse regimentalmente a votação dessa comenda, na minha opinião, extremamente importante.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a será atendido.

Pela ordem, o deputado Fabrício Falcão.

O Sr. Fabrício Falcão: Sr. Presidente, antes de mais nada, eu quero agradecer ao Líder, o deputado Rosemberg, e, em especial, ao meu amigo Targino Machado. Muito obrigado, Targino. Pode parecer uma bobagem dar um título a essa secretária de um município de 14 mil habitantes, mas Licínio de Almeida, há 10 anos consecutivos, tem o melhor Ideb da Bahia, o segundo melhor Ideb do Nordeste, um dos melhores do Brasil. Ela, agora, no mês de março, foi receber um prêmio nacional pela qualidade da educação no município. Hoje, ela está em São Paulo num projeto do Instituto Ayrton Senna recebendo outro prêmio nacional. Lá, não existe escola particular, como falou Rosemberg. Inclusive, a filha do prefeito, que é um médico, um jovem médico, estuda na escola municipal pela qualidade da escola que é a melhor da Bahia. Tem o melhor índice em escrita, leitura e matemática do estado e do Nordeste, por isso acho que por 10 anos consecutivos já teve matéria na *Globo News*, no *Fantástico*, em nível nacional, pela qualidade excepcional da Escola Pingo de Gente, educação municipal.

Então, agradeço aos líderes e a todos os colegas por apreciarem esse projeto.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Serei breve para dizer ao Plenário e de forma especial, ao deputado Fabrício, que eu recebo os agradecimentos trazidos por V. Ex.^a como generosidade da sua alma, porque do seu coração só emanam essas coisas. Mas não fiz nada mais do que a minha obrigação, principalmente, neste dia de hoje, em que temos feito gestos para a população, estamos fazendo um gesto, uma sinalização para todos aqueles educadores terem na secretária de Saúde de Licínio de Almeida um exemplo. Que todos sigam o rastro da ilustre homenageada. Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): A questão de ordem do deputado Rosemberg. V. Ex.^a será atendido. Marca... zere o painel e marque os 25 minutos.

O Sr. Vitor Bonfim: Sr. Presidente, uma comunicação inadiável.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): O Sr. Vitor Bonfim.

O Sr. Vitor Bonfim: Eu quero, Sr. Presidente, aproveitar este momento para me congratular com o povo do município de Brumado. O município de Brumado localizado na região Sudoeste do estado da Bahia, comemora hoje o seu aniversário de emancipação política. Comemorando 142 anos de emancipação política, um município que a cada dia se destaca e cresce. Então, eu quero aqui da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, no dia de hoje, me congratular e parabenizar toda a população brumadense pela passagem do seu aniversário de emancipação política. Brumado, que é conhecida como a capital do minério do estado da Bahia.

Eu fico muito feliz em ser o deputado estadual que representa esse município aqui na Casa, conseguindo levar obras importantes para a nossa cidade. Inclusive, a Policlínica Regional de Saúde irá para o município de Brumado, e a Câmara de vereadores já votou a cessão, a doação do terreno, para a implantação da tão esperada e sonhada Policlínica Regional de Saúde, lá no município de Brumado.

V. Ex.^a também é votado lá no município de Brumado, representa aquela cidade. Então, eu tenho certeza que V. Ex.^a se associa a mim nessa congratulação, nesse conagraçamento, junto com a população brumadense que celebra a sua emancipação política no dia de hoje.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Vitor Bonfim, com muita satisfação me congratulo com V. Ex.^a e com os brumadenses. É uma cidade em que eu sou votado desde 1998, e que, sem sombra de dúvida, é um município que tem avançado, crescido. E tenho certeza absoluta que V. Ex.^a representa com muita dignidade o povo daquela cidade, assim como também os deputados que têm voto ali naquela cidade. Mas...

O Sr. Zé Raimundo: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem o deputado Zé Raimundo, o senador do Sudoeste Baiano.

O Sr. Zé Raimundo: Sr. Presidente, eu também gostaria de deixar o meu abraço para os amigos do Partido dos Trabalhadores de Brumado, saudar especialmente Zé Luiz, no nome dele toda militância do partido por mais essa data gloriosa na história de brumado.

A mesma coisa também, eu antecipo aqui os meus parabéns para a cidade de Mirante e deixo um abraço para Lúcio Meira, companheiro do Partido dos Trabalhadores, que tem naquele município um grande trabalho.

Era a minha intervenção breve, Sr. Presidente.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Então, já tem 33, eu acho que dá.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Rosemberg, vamos aguardar mais um pouco, porque como o voto é secreto e precisa ter 32 votantes...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Minha preocupação é que o pessoal vai dando presença e vai saindo.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Vamos dar mais 2 minutos...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Nós poderíamos iniciar a votação e garantir mais o tempo necessário para chegar aos 33.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Então, vamos iniciar a votação, lembrando que o voto é secreto, o voto é secreto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, estou pedindo e orientando a nossa Bancada do Governo a votar “sim”, nesse projeto de resolução de iniciativa do deputado Fabrício.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): O deputado Targino também orienta o voto “sim”. Acabou de orientar. V. Ex.^a quer reforçar sua orientação, deputado?

O Sr. Targino Machado: Com certeza. O projeto ora em votação é objeto de acordo. Ninguém é obrigado a fazer acordo. Agora, se faz tem que cumprir. Tudo que é acertado antes não é caro nem barato. Então, a Oposição vota “sim”.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Muito bem, deputado. Parabéns pela atitude. Por enquanto tem 17 deputados, 19. Lembrem-se que nós vamos encerrar esta sessão e iniciaremos uma sessão extraordinária para votar as matérias em segundo turno.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pois não, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Eu queria pedir aos deputados, amanhã... Nós fizemos um acordo, o Líder da Maioria e o Líder da Minoria, para apreciarmos seis projetos de deputados.

Então, nós vamos também ter o cuidado já *a priori* de dar uma olhada no conteúdo desses projetos. É lógico que esses projetos já passaram na Comissão de Constituição e Justiça e vamos votar amanhã. Eu queria pedir a presença dos deputados, que se fizessem presentes, aqui, amanhã. Nós vamos matar os tempos também para que possamos sair mais cedo, mas que fosse uma sessão participativa, para não ser uma sessão esvaziada, para não serem aqueles projetos de deputados que votávamos com a sessão esvaziada. Vamos fazer, pelo menos, um debate mínimo. Nós vamos ter a oportunidade de fazer um debate de cada projeto amanhã. Eu acho que, hoje nós tivemos alguns percalços, porque iniciamos a votação de projetos de deputados, o que é natural, mas vamos aprimorando a cada semana, para que se possa ter nesta legislatura a responsabilidade de votar, por ano, pelo menos dois projetos de cada deputado. Acho que isso valoriza muito a participação do Legislativo baiano.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, para dar ciência à V. Ex.^a e à Casa, que, amanhã, eu não estarei presente no plenário, estarei me deslocando para São Paulo, onde, na quinta e sexta-feira, estarei no Albert Einstein, me submetendo a exames médicos, por solicitação do meu médico, e olhe que já venho adiando isso desde janeiro, mas nada sofrerá solução de continuidade. Aqui teremos à frente da liderança da Bancada da Oposição o deputado Tiago Correia e solicito dos dois deputados que vão apresentar os projetos da Bancada da Oposição que submetam ao líder Tiago Correia, assim como o deputado Rosemberg solicitou dos seus três da bancada.

E amanhã, deputado Rosemberg, além dos dois da Bancada da Oposição, os três da Bancada do Governo, temos mais um, que é da representação independente, o nobre

deputado Hilton Coelho, mas V. Ex.^a e o deputado Tiago Correia vão analisar esses projetos amanhã.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Espero que V. Ex.^a tenha excelentes notícias quando abrir o resultado dos exames.

Temos 32 votantes. Faltam votar os deputados: Aderbal Fulco Caldas; Alan Castro; Alex Lima; Capitão Alden; Dal; David Rios; Diego Coronel; Eduardo Alencar; Fátima Nunes Lula; José de Arimateia; Jurailton Santos; Kátia Oliveira; Marcelino Galo Lula; Marcell Moraes; Marquinho Viana; Osni Cardoso Lula da Silva; Pastor Tom; Paulo Câmara; Paulo Rangel Lula da Silva; Robinho; Sandro Régis; Talita Oliveira e Tum.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, deputado Zé Raimundo Lula.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Sr. Presidente, volto a insistir numa tese que já várias vezes manifestei, aqui, neste plenário, que é essa ânsia exagerada das nossas representações, dos nossos deputados e deputadas em aprovar leis nesta Casa.

Eu abraço uma filosofia de que o mandato de deputado tem várias funções, e que no caso de um deputado estadual, o seu papel é limitado em função da própria natureza do estado brasileiro, que coloca responsabilidade na União e também no município, e fica o estado no meio, com muitas limitações, Sr. Presidente.

Além disso, nós temos que ter o cuidado de não colocarmos no Executivo a função, que também não é do Executivo, do controle da constitucionalidade, pelo ritmo que nós estamos indo nesta primeira legislatura, serão centenas e centenas de projetos aprovados que vão mais adiante obstruir a pauta, porque o veto para ser derrubado vai precisar de muito mais tempo e encaminhamentos e procedimentos, Sr. Presidente.

Nesses 10 anos apenas apresentei 3 ou 4 projetos nesta Casa, mas temos aprovado importantes projetos do governo, do Judiciário. O papel do deputado, a meu ver, a sua legitimação, não está em ser autor de projetos de leis que não têm nenhuma eficácia na sociedade; o papel do deputado é muito mais amplo, é representar, é encaminhar, é debater. E eu estou sentindo uma espécie de febre, uma pressa exagerada de aprovar, aprovar, aprovar projetos e nós não sabemos onde vamos parar.

Fica aqui a minha humilde e anônima e, talvez, inaudível opinião.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Anônima não.

Srs. Deputados...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Já há quórum. Já estamos com 38 e não tem mais ninguém na Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Encerrada a votação.

Resultado: 37 votos “sim” e 1 voto “não”.

Aprovada a Comenda Dois de Julho para a diretora Karla Mychely Teles de Miranda, Projeto de Resolução nº 2.629/2018. **(Publicado no DOEL em 1º/11/2018)**

Vou convocar uma sessão para 1 minuto após o encerramento desta, para apreciarmos os seguintes projetos: Projeto de Lei nº 23.340/2019; Projeto de Lei nº 23.284/2019; Projeto de Lei nº 23.084/2019; Projeto de Lei nº 22.520/2017; Projeto de Lei nº 23.111/2019; Projeto de Lei nº 22.867/2018; Projeto de Lei nº 21.310/2015; Projeto de Lei nº 22.909/2018; Projeto de Lei nº 22.887/2018.

Como não há mais nenhuma matéria constante na Ordem do Dia, declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.